



UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA – UFDPAr
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GABRYELLE MACHADO BARROS SILVA

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: o professor e sua prática
pedagógica ao aluno com Transtorno do Espectro Autista-TEA**

PARNAÍBA-PI
2024

GABRYELLE MACHADO BARROS SILVA

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: o professor e sua prática pedagógica ao aluno com Transtorno do Espectro Autista-TEA

Trabalho apresentado no curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba- UFDPAr.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Francisca Maria de Sousa.

**PARNAÍBA-PI
2024**

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

S586a Silva, Gabryelle Machado Barros

Atendimento educacional especializado: o professor e sua prática pedagógica ao aluno com Transtorno do Espectro Autista-TEA [recurso eletrônico] / Gabryelle Machado Barros Silva. – 2024.

100 f.

TCC (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, 2024.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Francisca Maria de Sousa.

1. Transtorno do Espectro Autista. 2. Atendimento Educacional Especializado. 3. Prática do Professor. I. Título.

CDD: 371.9

GABRYELLE MACHADO BARROS SILVA

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: o professor e sua prática
pedagógica ao aluno com Transtorno do Espectro Autista-TEA**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao curso de Pedagogia como
pré-requisito para obter o certificado de
graduação na Universidade Federal do
Delta do Parnaíba- UFDPAr.

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Francisca Maria de Sousa (Orientadora)
Universidade Federal do Delta do Parnaíba-UFDPAr

Prof^a. Dr^a. Edmara de Castro Pinto (1 Avaliadora)
Universidade Federal do Delta do Parnaíba-UFDPAr

Prof^a. Dr^a. Kelly Cristina Vaz de Carvalho Marques (2 Avaliadora)
Universidade Federal do Delta do Parnaíba-UFDPAr

Dedico esse trabalho a Deus, que me ajudou a chegar ao final do curso e me fortaleceu apesar das dificuldades e desafios.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu Senhor, que me ajudou em sua infinita bondade e graça ao chegar até aqui.

Agradeço aos meus familiares, que durante todo o processo do curso, me fortaleceu e me incentivou. Antes e durante o curso, pensamentos de desistir percorreram minha mente, mas através dos conselhos dos meus pais, consegui ter forças para finalizar essa jornada.

Também agradeço os meus amigos que me ajudaram a permanecer no curso. Nossa união durante os trabalhos e seminários foi essencial para minha caminhada universitária, posso afirmar que os conselhos que recebi de todos meus colegas de turma me fortaleceram para finalizar esse trabalho.

Aos professores, minha imensa gratidão pelo aprendizado e conhecimento repassado para minha caminhada profissional como pedagoga. Acredito que os conselhos, brincadeiras e ajudas de todos os professores, principalmente durante o momento do período remoto na pandemia do COVID-19, foram primordiais para minha esperança em finalizar essa jornada.

Agradeço a Lídia, minha psicóloga, pelos conselhos e ajuda psicológica nesse momento tão importante em minha vida.

Por fim, agradeço à minha orientadora que pacientemente entendeu o momento de fragilidade emocional que estava passando, permitindo finalizar esse trabalho no meu tempo. Pelos conselhos que guardarei em minha mente para colocá-los em prática no meu futuro profissional.

RESUMO

Analizamos a Prática do Professor que atua no Atendimento Educacional Especializado - AEE com Crianças do Ensino Fundamental, diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista - TEA, classificado como Transtorno Global do Desenvolvimento. Interessei-me por essa temática, a partir da minha atuação como auxiliar de sala, no Estágio Obrigatório e não Obrigatório, onde tive contato com crianças com TEA, surgindo assim, inquietações como compreender sobre o Processo Formativo do Professor e suas Práticas Pedagógicas que atuam na SRM - Sala de Recursos Multifuncionais, com alunos com TEA. Como questão norteadora da pesquisa indagou-se: Como contribuir para a Prática Pedagógica do Professor que atua em sala de AEE com crianças do Ensino Fundamental que tenha como diagnóstico o TEA? Como Objetivo Geral propôs-se: Refletir a Prática Pedagógica do Professor que atua no serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE com alunos do Ensino Fundamental que tenham diagnóstico o Transtorno do Espectro Autista-TEA. Para a obtenção dos dados da pesquisa traçou-se como Objetivo Específicos: 1- Observar a prática pedagógica do professor da sala de AEE com crianças que tenha como diagnóstico o TEA; 2- Refletir a formação continuada do professor da sala do AEE que atua com crianças que tenha como diagnóstico o TEA; 3- Identificar as estratégias didáticas utilizadas pelos professores da sala de AEE que atuam com crianças que tenham como diagnóstico o TEA; 4- Identificar os recursos didáticos utilizados pelos professores da sala de AEE que atuam com crianças que tenham como diagnóstico o TEA. A presente pesquisa se respalda na técnica de Análise de Conteúdo, para isso, a Análise de Conteúdo é dividida em tópicos para melhor compreensão das informações coletadas na entrevista. Como afirmado por (Bardin, 1977), Análise de Conteúdo se organiza em três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Refletimos a prática de duas professoras que trabalham na SRM no AEE com crianças que têm diagnóstico TEA na cidade de Parnaíba-pi da rede Municipal de Ensino. Como metodologia, utilizou-se a pesquisa qualitativa e do tipo explicativa, a partir de instrumentos como a entrevista semiestruturada. Como fundamentação teórica, reportou-se às abordagens defendidas por Pessotti, (1984), Gugel, (2007), Freire, (1996), para o TEA Carvalho-Freitas, (2007), Leon, (2016), Coutinho et al, (2013), na Formação continuada Glat; Pletsch; Fontes (2007), Greguol; Gobbi; Carraro, (2013). O número de crianças com TEA tem crescido o que nos mostra o quanto é essencial a eficiência dos professores e da SRM para a evolução do aluno com TEA, no âmbito cognitivo, social e da sua autonomia, nos foi permitido analisar que as professoras estão buscando maneiras reais para que a educação e aprendizagem do aluno com TEA em ambas as escolas aconteça de forma eficaz, essa deve ser a nossa luta enquanto pedagogos e futuros profissionais na educação com alunos com TEA. O debate é essencial, falar sobre educação inclusiva nunca é pouco, pois existe um longo caminho a ser percorrido para que a verdadeira inclusão aconteça.

Palavras-chaves: Transtorno do Espectro Autista. Atendimento Educacional Especializado. Prática do Professor.

ABSTRACT

We analyzed the Practice of the Teacher who works in Specialized Educational Services - AEE with Elementary School Children diagnosed with Autism Spectrum Disorder - ASD, classified as a Global Developmental Disorder. I became interested in this theme, based on my work as a classroom assistant, in the Mandatory and Non-Mandatory Internship, where I had contact with children with ASD, thus arising concerns such as understanding the Teacher Training Process and their Pedagogical Practices who work in the SRM - Multifunctional Resource Room, with students with ASD. As a guiding question of the research, it was asked: How to contribute to the Pedagogical Practice of the Teacher who works in the AEE classroom with Elementary School children diagnosed with ASD? As a General Objective, it was proposed: To reflect the Pedagogical Practice of the Teacher who works in the Specialized Educational Services - AEE service with Elementary School students diagnosed with Autism Spectrum Disorder - ASD. In order to obtain the research data, the following Specific Objectives were outlined: 1- To observe the pedagogical practice of the AEE classroom teacher with children diagnosed with ASD; 2- To reflect on the continuing education of the AEE classroom teacher who works with children diagnosed with ASD; 3- To identify the teaching strategies used by the AEE classroom teachers who work with children diagnosed with ASD; 4- To identify the teaching resources used by the AEE classroom teachers who work with children diagnosed with ASD. This research is based on the Content Analysis technique, for this, the Content Analysis is divided into topics for a better understanding of the information collected in the interview. As stated by (Bardin, 1977), Content Analysis is organized into three phases: 1) pre-analysis; 2) exploration of the material; 3) treatment of the results, inference and interpretation. We reflect on the practice of two teachers who work in the SRM in the AEE with children diagnosed with ASD in the city of Parnaíba-pi in the Municipal Education Network. As a methodology, qualitative and explanatory research was used, based on instruments such as the semi-structured interview. As a theoretical basis, we referred to the approaches defended by Pessotti, (1984), Gugel, (2007), Freire, (1996), for ASD Carvalho-Freitas, (2007), Leon, (2016), Coutinho et al, (2013), in Continuing Education Glat; Pletsch; Fontes (2007), Greguol; Gobbi; Carraro, (2013). The number of children with ASD has been growing, which shows us how essential the efficiency of teachers and the SRM is for the development of students with ASD, in the cognitive, social and autonomous spheres. We were able to analyze that teachers are seeking real ways for the education and learning of students with ASD in both schools to happen effectively. This should be our fight as educators and future professionals in education with students with ASD. The debate is essential. Talking about inclusive education is never too much, as there is a long way to go before true inclusion can happen.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Specialized Educational Services. Teacher Practice.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado
SRM- Sala de Recursos Multifuncional
TEA- Transtorno do Espectro Autista
NEE- Necessidades Educacionais Especiais
TGD- Transtorno Global do Desenvolvimento
PEI- Plano Educacional Individualizado
PNE- Plano Nacional de Educação
LDB- Lei de Diretrizes e Bases
PPP- Projeto Político Pedagógico
PDDE- Plano Dinheiro Direto na Escola
CF- Constituição Federal
MEC- Ministério da Educação
ABA- Análise Aplicada ao Comportamento
TEACCH-Tratamento e Educação para Crianças Autistas e com Distúrbios Correlatos da Comunicação
DSM-V- Manual de Diagnósticos e Estatísticas de Transtornos Mentais
CID- Classificação Internacional de Doenças
CDC- Centros de Prevenção e Controle de Doenças dos Estados Unidos
PIBID-Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência
LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
CENESP- Centro Nacional de Educação Especial
ONU- Organização das Nações Unidas
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente
CNE- Conselho Nacional de Educação
NRE- Núcleos Regionais de Educação
FLOORTIME-Tempo de Chão- Desenvolver as capacidades da pessoa com NEE
PADOVAN - Organização e reorganização neurológica;
PECS- Picture Exchange Communication System
TEACCH-Treatment and Education of Autistic and related Communication
SCERTS-Social Communication, Emotional Regulation & Transactional Support.
Son-Rise- Autism Treatment of America.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Dados coletados na pesquisa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Capítulo I.....	14
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	14
1.1 Aspectos legais sobre a Educação Especial a partir da perspectiva inclusiva.	19
1.1 Prática pedagógica inclusiva	21
1.2 Formação continuada	24
1.3 Práticas pedagógicas inclusivas com alunos que tenha transtornos globais	26
1.4 Contextualizando o AEE	30
1.5 Abordagem teórica sobre o TEA	32
1.6 Inclusão do aluno com diagnóstico do TEA	36
Capítulo II.....	39
PERCURSO METODOLÓGICO.....	39
Capítulo III.....	46
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS.....	46
3.1 O professor e sua prática pedagógica no AEE: sala de SRM	46
3.2 A concepção da formação continuada do professor da sala de AEE	54
3.3 O professor da sala de AEE e suas estratégias didáticas	62
3.4 A concepção do professor da sala de AEE quanto aos recurso didáticos	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE	86

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, teve como foco principal discutir sobre a prática inclusiva nas Salas de Recurso Multifuncionais-SRM com o Atendimento Educacional Especializado-AEE com crianças com Transtorno do Espectro Autista-TEA e o processo de inclusão de pessoas com deficiência na escola.

O AEE é um serviço disponibilizado pelo Governo Federal prestado para a Educação Especial para atender pessoas com Necessidades Educacionais Especiais-NEE no ensino Público Municipal. Dentro da SRM os professores desenvolvem por meio do PAI- Plano de Atendimento Individualizado as informações do aluno onde é alinhado as potencialidades e dificuldades educacionais do aluno, com isso, o professor pode traçar os objetivos definidos para o atendimento. O AEE é prestado no contraturno da sala regular e sua função é de complementação do ensino regular. O processo de inclusão de pessoas com TEA na escola ainda é um grande desafio. A educação inclusiva defende o direito da pessoa com deficiência ao acesso e permanência no ensino regular, buscando sempre romper com o preconceito que gera a tendência de exclusão da escola regular aos alunos com necessidades educacionais especiais.

No que se refere ao Transtorno do Espectro Autista-TEA, indivíduo que por meio de exames, observações e comportamentos manifesta determinadas características que de acordo com o DSM pode ser percebido nos primeiros anos de vida da criança. (Cunha, Lira 2021), Entre as características, podemos citar, seletividade alimentar, sensibilidade auditiva, ecolalia (repetição de gestos e palavras soltas), agressividade (em determinados graus), a falta de interação social e a ausência da fala verbal (em alguns casos). O conjunto dessas características conhecidas como “estereotípias” determina o diagnóstico de TEA, mas são necessários exames neurológicos, psicológicos e o acompanhamento específico dos profissionais para o diagnóstico correto.

Diante do exposto, foi expressado o interesse pela temática deste estudo através da experiência onde atuei como auxiliar de sala no Estágio Obrigatório e Estágio não Obrigatório, e tinha crianças com Transtorno do Espectro Autista, também em outra oportunidade, participei do programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência- PIBID, onde também tive a oportunidade de vivenciar uma

Instituição Escolar Pública Municipal que em seu currículo escolar tinha muitas crianças com necessidades educativas especiais, para o atendimento desse público tinha em sua estrutura escolar uma SRM com o serviço do AEE e que atendia alunos com TEA, TDAH, DI, Síndrome de Down, entre outros.

Foi a partir dessas experiências que surgiram inquietações, no sentido de compreender sobre o Processo Formativo do Professor e suas Práticas, Estratégias Didáticas e Recursos Didáticos utilizados para atuar com o aluno TEA na sala de AEE. Como questão norteadora da pesquisa indagou-se: Como contribuir para a Prática Pedagógica do Professor que atua em sala de AEE com crianças do Ensino Fundamental que tenha como diagnóstico o TEA? Como Objetivo Geral propôs-se: Refletir a Prática Pedagógica de Professoras que atuam no serviço de Atendimento Educacional Especializado- AEE com alunos do Ensino Fundamental que tenham diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista-TEA em Parnaíba- Pi.

Na obtenção dos dados da pesquisa, reportou-se aos seguintes Objetivo Específicos: 1- Observar a prática pedagógica do professor da sala de AEE com crianças que tenha como diagnóstico o TEA; 2- Refletir a formação continuada do professor da sala do AEE que atua com crianças que tenha como diagnóstico o TEA; 3- Identificar as estratégias didáticas utilizadas pelos professores da sala de AEE que atuam com crianças que tenham como diagnóstico o TEA; 4- Identificar os recursos didáticos utilizados pelos professores da sala de AEE que atuam com crianças que tenham como diagnóstico o TEA.

Para fundamentação teórica na área da Educação Especial e Inclusiva reportou-se às abordagens defendidas por Pessotti, (1984), Gugel, (2007), Freire, (1996) quanto ao TEA, concentra-se nas concepções defendida por Coutinho et al, (2013), Leon, (2016), Carvalho-Freitas, (2007) quanto a formação continuada, Glat; Pletsch; Fontes (2007), Greguol; Gobbi; Carraro, (2013) durante os estudos. Como percurso metodológico a pesquisa contempla a abordagem de natureza qualitativa segundo Santos Filho (1995) do tipo explicativa, como afirma Severino, (2014), resguardada para Análise dos dados a técnica de Análise de Conteúdos segundo Bardin, (1977).

Para o estudo foram feitas pesquisas bibliográficas de pesquisadores da referida problemática e levantamento de documentos legais que norteiam a

Educação Especial e Inclusiva para a melhor fundamentação dos referenciais teóricos. Foi realizada também uma entrevista presencial com o objetivo de coletar informações e fazer observações do objeto de estudo, a técnica que foi usada para a realização da coleta dos dados foi a entrevista semiestruturada. A abordagem aplicada foi qualitativa de acordo com Santos Filho (1995) com o tipo de pesquisa Explicativa como afirma Severino, (2014), usando para os resultados e discussões a técnica de Análise de Conteúdo, segundo Bardin, (1977).

A pesquisa divide-se em tópicos, sendo eles: Introdução, Contextualização histórica sobre a educação especial, Aspectos legais sobre a educação especial a partir da perspectiva inclusiva, O papel da escola na inclusão, Prática pedagógica inclusiva, Práticas pedagógicas inclusivas com alunos que tenha transtorno globais, Contextualizando o AEE, Abordagem teórica sobre o TEA, Inclusão do aluno com diagnóstico do TEA. E no segundo momento será apresentado os tópicos: Percursos Metodológico, Análise de dados, Resultados e Discussões e para finalizar será feita as Considerações finais.

Para uma compreensão mais aprofundado da educação especial no Brasil como também no âmbito internacional será apresentado o próximo tópico onde descreveremos mais sobre os primórdios da pessoa com deficiência na sociedade, descrevendo uma linha do tempo que se inicia na Idade antiga á idade contemporânea, entendendo todo processo dos direitos da pessoa com deficiência até os dias atuais.

Capítulo I

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Durante a história humana e a construção das civilizações desde a pré-história passando pela antiguidade, idade média, idade moderna, idade contemporânea podemos analisar através de achados históricos e documentos como a deficiência física era tratada em cada momento histórico e observar sua evolução no decorrer da história. A história registra diferentes formas de ver a pessoa com deficiência, passando pelo misticismo, abandono, extermínio, caridade, segregação, exclusão, integração e, atualmente, o processo de inclusão. (Pessotti, 1984).

Para entendermos o processo que tornou a educação especial uma educação inclusiva devemos primeiramente entender o que é pessoa com deficiência. Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência no (Cap.I), (Art.2) da LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015,

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2015).

Inicialmente iremos abordar como eram vistas as pessoas com deficiência na antiguidade, percorrendo toda a história iremos analisar a evolução e as conquistas alcançadas por esse grupo de pessoas. De acordo com achados históricos já nos tempos do Egito Antigo a pessoa com deficiência integrava normalmente os grandes cargos do governo, mostrando o pensamento inovador que os povos egípcios já demonstravam nesse período.

De acordo com Gugel, 2007,

Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.C., ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos. (Gugel, 2007, p.2).

Podemos analisar como a participação da pessoa com deficiência já era presente na realidade dos tempos antigos, na sociedade egípcia as pessoas com

deficiência em especial as pessoas com nanismo desenvolviam seu papel na sociedade, analisando essa informação podemos pensar que essa era uma realidade existente em que as pessoas com deficiência detinham de autonomia e liberdade nos tempos antigos mas sabemos que possivelmente esse achado não corresponde totalmente a realidade desse período histórico, podemos deduzir que esse fato seja a exceção da época pois nesse contexto o misticismo e as crenças prevalecia sobre a sociedade, moldando o pensamento e as ações desses povos.

Começando na Grécia, onde o pensamento Mítico-Religioso regia o mundo onde forças sobrenaturais, deuses e espíritos traçaram a vida de cada pessoa e seu futuro nesse contexto, as pessoas com deficiência eram consideradas amaldiçoadas ou detêm poderes sobrenaturais, dentre os diversos tipos de deficiência os que eram mais considerados sobrenaturais eram a insanidade, surdez e a cegueira onde pessoas que nasciam com esse tipo de necessidade se tornavam amaldiçoadas e levadas a ser temidas pela sociedade da época, os povos Gregos e Romanos estavam entre os que temiam essas deficiências levando a ser criadas normas sociais e leis para essas pessoas.

A sociedade da época detinha poder e controle através da agricultura e guerra, com isso, pessoas que nasciam com alguma deficiência não conseguiam trabalhar nos campos com a agricultura e não eram capazes de lutar para defender seus territórios sendo incapazes de dominar os inimigos, assim essas pessoas eram vistas como ameaças à sobrevivência sendo problema para os povos da época. Os destinos dessas pessoas eram jogados à sorte, onde muitos eram explorados e treinados para ser prostitutas, mendigando ou comprados como meio de entretenimento por famílias abastadas, sem perspectiva, a educação dessas pessoas eram ainda mais precárias pois não eram vistas como seres humanos, o pensamento desse período acreditava que pessoas com corpos e mentes disformes eram incapazes de desenvolver o intelecto.

De acordo com Carvalho- Freitas, 2007,

Nesse cenário, os deficientes, percebidos como aqueles com corpos e mentes “disformes”, seriam incapazes de produzir para a agricultura ou servir em guerras. Assim sendo, eram vistos como seres que ameaçavam a sobrevivência e subsistência da sociedade. (Carvalho-freitas, 2007, p. 40).

Na Roma antiga após o surgimento da nova crença religiosa e as doutrinas do Cristianismo adotadas pelo império romano a pessoa com deficiência tomou um posto na sociedade de “pessoa” vistas agora como almas que deveriam receber caridade e cuidados, visão defendida pelas ideias do cristianismo. De acordo com Carvalho-Freitas, "O que marcou a Idade Média e seus princípios cristãos foi, no entanto, a mudança de status do deficiente: de coisa para pessoa. (Carvalho- - Freitas, 2007, p. 49).

A defesa à vida e o combate a eliminação de bebês com deficiência foram evoluindo na sociedade, a ideia de acolhimento a essas pessoas foi sendo compreendida como um ato de misericórdia e caridade, assim foram surgindo já na idade média os hospitais, abrigos (casas de caridade) e manicômios onde essas pessoas eram cuidadas e acolhidas, um cuidado com segregação, pois as pessoas acolhidas recebiam alimentação e cuidados higiênicos com o argumento de “proteção”, ao mesmo tempo que foram sendo segregadas pois como norma dessas instituições não poderiam sair desses locais assim foram separados da sociedade. Segundo Pessotti (1984, p. 7), “fazendo uma crítica a esta postura, ressalta que, enquanto o teto protegia o cristão, as paredes escondiam e isolavam o incômodo ou o inútil”.

A ambiguidade da visão sobre a deficiência durante a idade média carregou da antiguidade a crença de espiritualidade sobre a pessoa com deficiência, onde eram vistas como amaldiçoadas carregando em seus corpos demônios o que levava as famosas sessões de exorcismos, é percebido que após a passagem do tempo a deficiência ainda tinha essa perspectiva de maldição e culpa onde quem a carregava deveria conviver com o peso desse problema, durante a história pode ser vista essas ideias nas ações que levou a inquisição, onde pessoas consideradas ameaças à doutrina defendida pela Igreja Católica acabavam sendo perseguidas e mortas como judeus e pessoas com deficiência sendo torturadas como “pessoas que carregavam demônios e maldição”.

Afirma Pessotti, 1984,

A Santa Inquisição, na Idade Média, foi responsável pelo sacrifício de pessoas com deficiência intelectual entre loucos, adivinhos e hereges. O *Diretorium Inquisitorum*, escrito por Emérico de Aragão em 1376, prescrevia a tortura, a fogueira e o confisco de bens para qualquer conduta herética, obscena, recusa em responder ou dar respostas sem nexos quando

interrogados. No decorrer da Inquisição, foi criado, também, em 1482, o *Malleus Maleficarum*, um manual com indicadores de como “diagnosticar” bruxas e feiticeiros. Considerava sinais de malformação física ou mental como ligação com o demônio, o que levou várias das pessoas com deficiências à fogueira da inquisição (Pessotti, 1984, p. 8).

A idade moderna inicia com uma nova concepção sobre a pessoa com deficiência, com o surgimento do pensamento iluminista e o renascimento expresso nas pinturas, música, obras literárias além da revolução francesa seguido das ideias capitalistas deu abertura a uma nova visão sobre a pessoa com deficiência agora com um olhar mais científico, surgindo a ideia da excepcionalidade como doença onde a deficiência é de cunho hereditária ou congênita retirando as concepções de possessão demoníaca e misticismo.

A idade contemporânea tem início no final do século XIX até os dias atuais, marcada por duas revoluções industriais e o surgimento do capitalismo embalada pelas duas grandes guerras mundiais, nesse contexto em um mundo mergulhado em conflitos e mudanças que a perspectiva de inclusão emerge na sociedade. Após as duas guerras mundiais muitos ex-combatentes mutilados pelas atrocidades da guerra causaram uma mudança social elevando os olhares para a inclusão da pessoa com deficiência, às diversas instituições em sua maioria filantrópicas vivenciou o aumento de deficientes exigindo atendimentos especializados, muitos dessas pessoas encontraram uma sociedade que não estava preparada para as necessidades da pessoa excepcional, com isso, a busca dos governos para a reabilitação desses ex-soldados ao meio social iniciou criando medidas e leis para abrigar esse “novo” público o que fez os governos buscarem medidas mais ágeis para os inserir ao mercado de trabalho.

De acordo com Garcia, 2010,

Após a Segunda Guerra Mundial, a formação do Estado de Bem-Estar Social nos países europeus levou ao crescimento da preocupação com assistência e qualidade do tratamento da população de modo geral, incluindo as pessoas com deficiência. A partir deste contexto, programas e políticas assistenciais passaram a ser propostos no sentido de atender os pobres, os idosos, as crianças carentes e as pessoas com deficiência, em particular as vítimas e mutilados de guerra. O número de contingentes com deficiência aumentou significativamente resultando em maior importância na política interna dos países com proporções internacionais envolvendo a Organização das Nações Unidas (ONU). Na Grã-Bretanha, por exemplo, em 1919, foi criada a Comissão Central para o Cuidado do Deficiente. (Garcia, 2010, p. 22-23).

O surgimento de ajudas técnicas como muletas, cadeiras de rodas, o aperfeiçoamento dos ambientes para as pessoas cegas, o ensino para pessoas cegas e surdas foram evoluindo no decorrer deste século, além da expansão das instituições buscando a formação e educação para pessoa com deficiência, também podemos citar as conferências internacionais, Declaração de Salamanca se estendendo ao Brasil com as primeiras instituições voltadas ao público excepcional e mais recente a constituição federal que respalda os direitos da pessoa com deficiência. Aos poucos o Estado foi se tornando o principal apoiador das causas da pessoa excepcional, com a mudança veio os movimentos sociais que se evidenciou no século XX com o surgimento dos Direitos Humanos que ratificaram os direitos da pessoa com deficiência, a livre escolha e liberdade de expressão lutando por uma educação acolhedora para esse público exigindo uma maior participação do Estado como detentor de uma educação inclusiva para todos. De acordo com Mazzotta (2011), Blind instalada em 1837. “A importância do fato se deve ao despertar da sociedade para a obrigação do Estado com a educação dos portadores de deficiência (Mazzotta, 2011, p. 24).

Diversos marcos contribuíram também para a evolução do direito da pessoa com deficiência no âmbito Internacional entre eles a Conferência Internacional da Pessoa com Deficiência, Declaração de Salamanca, a Declaração dos Direitos Humanos, no Brasil a Constituição Federal e na Educação os marcos legais como Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional-LDB. Todos esses normativos e declarações teve seu papel primordial para que leis fossem criadas em respeito à pessoa com deficiência tendo seus direitos e deveres resguardado por lei, vista como uma pessoa, tem através de seus direitos espaços públicos que venham comportar sua deficiência buscando inserir essa pessoa a sociedade e ao mercado de trabalho, no ambiente Educacional esses direitos são percebidos através da Sala de Atendimento Especializado-AEE e de ambientes que venham comportar todos com a diversidade de corpos, mentes, realidades e necessidades.

A seguir, para compreendermos com mais afinco, abordaremos os aspectos legais que norteiam a educação inclusiva e todos os documentos responsáveis pela efetivação dos direitos da pessoa com Necessidades Especiais no âmbito nacional e internacional.

1.1 Aspectos legais sobre a Educação Especial a partir da perspectiva inclusiva.

O processo de inclusão de pessoas com deficiência na escola ainda é um grande desafio. A educação inclusiva defende o direito da pessoa com deficiência ao acesso e permanência no ensino regular, buscando sempre romper com o preconceito que acaba gerando essa tendência de exclusão do ensino regular aos alunos com necessidades educativas especiais. Pela lei é dever da administração da escola e do poder público garantir as condições necessárias para que essa inclusão aconteça. Todavia, na atualidade ainda se pode perceber uma grande dificuldade da escola e dos profissionais em concretizar de fato a educação inclusiva nos espaços educativos. Entende-se que a escola não pode ser mudada bruscamente em relação a sua forma de organização, mas a implementação da escola de qualidade, igualitária e acolhedora é possível e para que isso se concretize é preciso de muito esforço. O (Art. 58, capítulo V) da LDB N° 9394/96 de 6 de Julho de 2015, prevê que “a educação especial é uma “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”, ou seja, a escola possui uma grande participação nesse processo sendo o canal que dará as condições necessárias para a inserção destes alunos no ambiente escolar, tendo o devido atendimento e acompanhamento da sua aprendizagem.

De acordo com Luck, 2005,

Luck (2005) afirma que “a cidadania plena é evidenciada quando se estabelecem canais permanentes de participação da comunidade escolar, iniciativa à organização social e política de uma sociedade, e promove a inclusão social. Os indivíduos devem ser capazes de programar ações e propiciar parcerias que potencializam a igualdade de oportunidades de crescimento humano”. (Luck, 2005, p.28).

Ao olharmos para a história criticamente, podemos perceber que uma sociedade bem evoluída não alcança o desenvolvimento sem o respeito à diversidade que se constitui em todas as áreas da convivência humana. As nações que mais se destacam no cenário global, ampliam em sua política, cultura e sociedade, um olhar social democrático, com políticas públicas que visam a modernidade, o bem-estar, a inclusão e a diversidade garantindo a todos os cidadãos, sem exceções, dignidade humana, qualidade de saúde, física, social, econômica, segurança e psicológica. Com

isso, em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passou a ser fundamentado pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei Nº 4.024/61, “que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino”.

De acordo com o (Art. 88), da LDB- Lei de Diretrizes e Base (1961).

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que fôr possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. (Lei de Diretrizes e Bases, 1961).

Em 1973, o MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil. A definição de uma pessoa com deficiência, de acordo com a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto Nº 6.949/2009) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei Nº 13.146/2015), pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Assim, somente em 1988 na nova Constituição, o direito das pessoas com deficiência foi sendo debatido, após um longo período de regime, o lema da nova constituição era um governo igualitário com objetivos fundamentais de promover o bem de todos, sem preconceito de origem raça, cor, religião e sexo. A Constituição Federal define, no (Art. 205), “a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. No seu (Art. 206, inciso I), estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Como um dos princípios para o ensino, e garante no (Art. 208 inciso III) “como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988).

No cenário internacional, Declaração de Salamanca (1994), “buscando uma sociedade mais igualitária, delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994”, reafirmaram o compromisso para uma educação para todos, sendo reconhecidos todas as necessidades de

crianças, jovens e adultos com necessidades especiais dentro do sistema público regular de ensino.

A educação tem a capacidade de desenvolver a consciência de respeito, obediência, criação de leis, limites, direitos e deveres e assim, o ambiente escolar é o local mais humano em que podemos participar, desde a mais tenra idade, é nele que se desenvolve o conhecimento do “outro” onde ampliamos nossos laços de afeto, amizade, respeito e tolerância, mas também onde se demonstra os primeiros traços de desrespeito, intolerância e preconceito. Um dos pontos discutidos na declaração de Salamanca é a busca por uma escola contra qualquer tipo de discriminação.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994). Ponto 3, apelamos a todos os governos e os instamos a:

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (Declaração de Salamanca, 1994, p.16).

A educação inclusiva se respalda na concepção educacional fundamentada nos direitos humanos, que compreende igualdade e diferenças sendo ideias inseparáveis, buscando trazer o conceito de equidade, sendo essa, o que visa ajuste do desequilíbrio entre elas, considerando suas particularidades e promovendo a equiparação entre os meios de alcançar um mesmo resultado.

Como direito da pessoa com Necessidades Especiais incluindo o aluno TEA, temos a Prática pedagógica inclusiva, para que o aluno venha participar efetivamente do ambiente escolar, os decretos e leis afirmados nesse estudo confirma o direito do aluno com TEA a existência em sua vida escolar de professores que desenvolvam uma prática pedagógica inclusiva, entenderemos mais sobre a prática inclusiva e os aspectos que norteiam tal prática na educação.

1.1 Prática pedagógica inclusiva

Para falarmos de uma prática devemos pensar em uma escola inclusiva, essa escola deve buscar a participação de todos, sem exceções. Sabemos que no Brasil a educação por muito tempo foi em regime de exclusão socialmente aceito e bem-visto

em que somente pessoas de classe média poderiam ter acesso a um ensino básico, médio e superior, onde alunos com qualquer tipo de deficiência eram vistos como “doentes” sendo feito uma segregação entre pessoas com deficiência e pessoas “normais” impedindo as crianças com deficiência de estarem em convívio com o meio social e de poderem evoluir e exercer seu direito como cidadão. Após lutas e reivindicações a escola pública brasileira vem ampliando seu olhar à diversidade e ao respeito, buscando ter em seu ambiente a inclusão de pessoas com deficiência. Ao reconhecer as dificuldades do ensino regular público, percebemos que existe ainda a necessidade de confrontarmos e debatermos a realidade da educação especial e das políticas educacionais para esse público, buscando combater uma prática tradicional e discriminatória de ensino e criar alternativas para superá-las. O ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), (Art. 55) “respalda a importância de uma rede de apoio familiar, e da via de mão dupla entre família e escola, para ser efetivada a participação dessa criança e do adolescente na escola, tendo a responsabilidade e o dever de responder por todos os direitos do aluno”. Assim, no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), é dito que, Art. 55. Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. (ECA, 1990).

Uma escola inclusiva é somente reconhecida com esse título, quando em seu regime escolar, na gestão e no PPP- Projeto Político Pedagógico, for trabalhado a garantia da plena educação, independente de sexo, etnia, cor, religião, condição social e deficiência. Devemos lutar por uma escola inclusiva, sabemos que as políticas públicas ainda não estão avançadas como deveriam estar, mas os pequenos avanços e perdas fazem a diferença na vida de um aluno com necessidades especiais. Com isso, a escola inclusiva é aquela que conhece seu aluno, sua capacidade e limitação e busca junto à família a evolução desse aluno não o limitando, mas garantindo sua aprendizagem e ampliando as competências necessárias para o exercício como cidadão. Relacionado a inclusão, o termo como “excepcionais” foi reformulado e transformado por um termo mais humanizado e efetivo para a inclusão do aluno no ambiente escolar, atualmente o termo adotado é educando com Necessidades Educacionais Especiais- NEE, com isso um grupo de pessoas que apresentam os diversos tipos de deficiência se enquadram nessa denominação.

Com isso, países vêm buscando se adequar às prerrogativas exigidas para uma educação inclusiva através do cumprimento dos pontos abordados em cada documento citado acima. Relacionado a educação especial o país tem seus inúmeros problemas com a aplicação das leis e prerrogativas existentes, o Brasil a alguns anos vem se colocando na perspectiva inclusiva onde leis e decretos relacionados à inclusão foram criados sendo aplicados nas escolas, mas sua efetiva prática pode ser questionada por diversos fatores como a falta de escolas com ambientes preparados para esse público, gestão inclusiva, currículos inclusivos e uma prática inclusiva. Quando abordamos a prática inclusiva é analisado uma prática que venha incluir o aluno com deficiência nos âmbitos sociais, emocionais, psicológico, cognitivos e didático nessa perspectiva o professor que venha trabalhar com a educação inclusiva tem como dever profissional renovar sua prática na formação continuada, com isso, os conhecimentos são renovados e transformados como afirma a Lei N° 13.146 de 6 de Julho de 2015 no (Art, 28 Inciso X) - “adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado”.

De acordo com o Conselho Nacional de Educação (Art. 8 Inciso I), (2001),

Art. 8o As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I - Professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos; (CNE/ CEB/MEC, Resolução nº 2/2001, art. 5.º).

Na perspectiva inclusiva através das leis as escolas devem estar preparadas para receber o aluno com NEE através do ambiente escolar, dos móveis escolares e dos materiais trabalhados em sala, porém a realidade da maior parte das escolas que trabalham com a educação inclusiva no Brasil carecem do mínimo exigido por lei, essa realidade da educação dificulta a prática dos professores que buscam desenvolver uma prática inclusiva pois a falta dos materiais e de acessibilidade prejudica o professor e o aluno, podemos ver também que a prática do professor é dificultada quando o relacionamento família/escola não é amigável contribuindo para a regressão de qualquer prática desenvolvida pelo professor em sala. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (2015), LEI N° 13.146 de 6 de julho de 2015, (Art.3, Inciso I).

I – Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, 2015).

Para a identificação das necessidades do aluno a escola deve analisar diversos fatores e tomar algumas iniciativas como a investigação através da observação do professor, a comunicação entre a família e a escola, profissionais como psicólogos, terapeutas, fonoaudiólogos, psicopedagogos.

Assim, para uma prática pedagógica inclusiva é primordial uma formação continuada por parte do professor do AEE, por meio da formação continuada o conhecimento profissional é evoluído se tornando um profissional diferenciado como também a prática é desenvolvida com técnicas e abordagens diferenciadas, a seguir iremos aprofundar o entendimento sobre a formação continuada.

1.2 Formação continuada

Entende-se a dificuldade de muitos professores em conseguir analisar de forma precisa e científica um aluno com NEE para assim desenvolver uma prática que corresponda com as necessidades de determinado aluno, essa situação é ocasionada pela falta de compreensão do assunto inclusão, essa realidade existe pela falta em desenvolver formação continuada por parte das instituições de ensino e do Estado, levando aos profissionais da educação desenvolver práticas que não inclui o aluno com necessidade especiais ao ambiente escolar e muitas vezes leva a perpetuar pensamentos e falas preconceituosas. A falta de uma formação continuada dificulta desde a prática durante a aula como no planejamento das aulas e atividades para o aluno, pois como afirma a LDB (Art. 59, Inciso I), “o aluno com necessidade especial tem o direito em ter um currículo e planejamento diferenciado correspondendo a sua necessidade”.

Lei de Diretrizes e Bases (1996), (Art. 59 Inciso I, II, III) da LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996,

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (LDB, 1996).

Entendemos a importância da formação continuada para a carreira profissional do professor da sala do AEE, essa carreira deve estar repleta de conhecimentos por meio dos cursos de formação para que as necessidades e potencialidades dos alunos com TEA venham ser compreendidas, pois a falta da formação continuada gera a não integração completa da educação inclusiva.

Segundo Glat; Pletsch; Fontes 2007, p.351,

Tem sido frequentemente apontado, também, como uma das principais barreiras para a transformação da política de Educação Inclusiva em práticas pedagógicas efetivas a precariedade da formação dos professores e demais agentes educacionais para lidar com alunos com significativos problemas cognitivos, psicomotores, emocionais e/ou sensoriais, na complexidade de uma turma regular. (Bueno, 1999; 2001; Glat e Nogueira, 2002; Glat e Pletsch, 2004; Souza, 2005; Glat e Blanco, 2007, p.351). (Glat, Pletsch, Fontes 2007, p. 351).

Também podemos citar a escassez de profissionais qualificados em prontidão na área com especialização em AEE, essa realidade é ocasionada por alguns fatores como, a falta da formação continuada, a remuneração desses profissionais, a falta de recursos didáticos e SRM o que dificulta na prática do profissional essa face da educação inclusiva vem desanimando profissionais para trabalhar na educação inclusiva e no AEE.

Ainda segundo Greguol; Gobbi; Carraro (2013): [...]

O professor especializado, compreendido como aquele que presta o Atendimento Educacional Especializado aos alunos com necessidades especiais nas salas de recursos ou estabelecimentos especiais de ensino, deve possuir formação que o habilite a atuar na educação especial. Também neste caso não é totalmente clara qual será esta formação comprovada, que pode variar desde uma graduação específica até cursos de aperfeiçoamento ou especialização na área [...]. (Greguol; Gobbi; Carraro, 2013, p. 314).

Podemos afirmar que através da formação continuada ocorre o crescimento pessoal e profissional do professor, por meio de cursos e palestras é entendido e trabalhado métodos mais inovadores com os alunos com TEA, tornando esse profissional com um grande diferencial na realidade da nossa classe e sociedade. A renovação profissional é essencial para uma prática inclusiva, buscando o conhecimento o profissional compreende novos métodos e faz uma autoavaliação da prática levando ao aprimoramento dos conhecimentos. Nos últimos anos é visto um aumento no público TEA e com isso é necessário a renovação da prática com esse público único e diverso, os professores da sala da SRM precisam se compreender novos saberes e conhecimentos para sua prática não se tornar obsoleta e atrasada.

A grande dificuldade dentro da formação continuada é de profissionais qualificados para o atendimento especializado, esse fato ocorre por alguns agentes causadores, o primeiro é a falta de cursos profissionalizantes gratuitos disponibilizados pelos Estados e municípios, essa realidade impossibilita os profissionais da educação estarem habilitados para a SRM. Assim, a educação inclusiva no Brasil é cada vez mais prejudicada pois fatores como esse dificulta uma prática inclusiva que venha pensar no aluno e na sua evolução como cidadão.

Por meio da formação continuada o profissional aprende aspectos que norteia a prática pedagógica inclusiva como abordagens inovadoras para trabalhar com o TEA, compreenderemos a seguir os aspectos que respaldam essa prática com alunos que tenham Transtornos Globais.

1.3 Práticas pedagógicas inclusivas com alunos que tenha transtornos globais

A inclusão é um assunto que a partir dos anos 1990 após diversas declarações internacionais e os direitos humanos vem sendo debatida com mais afinco sendo destaque em fóruns sobre educação e palestras internacionais e nacionais, podemos afirmar que o Brasil é um dos países que busca maneiras de desenvolver uma inclusão em diversos âmbitos da sociedade e que pessoas com deficiência têm seus direitos resguardados, porém o problema maior é sobre a efetivação desses direitos e a existência perceptível do uso dos direitos pelas pessoas com deficiência principalmente na educação. Na educação o direito da

pessoa com deficiência deve ser presenciado através da prática inclusiva, do ambiente preparado, do currículo e da gestão inclusiva a perspectiva inclusiva busca acabar ou amenizar as diferenças e barreiras que causam o preconceito nesses aspectos.

Podemos afirmar que deficiência pode ser manifesta na vida de uma pessoa em diversas formas como permanente ou passageira, a definição de deficiência por muitos anos estava à disposição de pessoas com características aparentes, mas após pesquisas e achados científicos em 1938, por Leo Kanner onde desenvolveu estudos em crianças que demonstravam características de comportamento semelhantes entre elas “dificuldades nas relações sociais e afetivas; mutismo, ecolalia, aparência de surdez em alguns casos; capacidade rara de memorização de termos sem efeito prático; problemas alimentares e hipersensibilidade ou fácil irritabilidade sendo aparente essas características visíveis totais ou em partes dependendo do indivíduo” (Autismo e realidade, 2019). Essas pessoas foram denominadas de “Autistas” e após estudos e descobertas sobre os diferentes transtornos foi classificado como Transtorno Global de Desenvolvimento.

Independentemente de qualquer necessidade física ou intelectual é direito do professor desenvolver uma prática inclusiva e respeitosa pois é direito de todos uma educação de qualidade em que a necessidade do aluno venha ser desenvolvida e respeitada como afirma a Constituição Federal, (Art. 205) afirma que, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Brasil, 1988). Com isso, todos os alunos sem restrição têm o direito resguardado por lei a ter uma educação que desenvolva suas capacidades e que venha desenvolver utilizando todos os meios tecnológicos, material didático, recursos didáticos e um ambiente inclusivo para cada aluno respeitando as diferenças.

Nesse sentido, Glat e Blanco (2007) argumentam que:

Uma escola ou turma considerada inclusiva precisa ser mais do que um espaço para convivência, um ambiente onde ele (aluno com necessidades educacionais especiais) aprenda os conteúdos socialmente valorizados para todos os alunos da mesma faixa etária. (Glat, Blanco 2007, p.17).

Perante a constituição todas as escolas têm como obrigação e dever ter seu ambiente escolar apto a receber o aluno com necessidade especiais e os professores receber na sala de aula, tendo de adaptar as atividades e conteúdos para cada aluno. Mas para isso, o professor deve estar ciente das necessidades e potencialidades de cada aluno, entendendo que cada pessoa tem características e ritmos diferentes de assimilar conteúdos e aprendizagens. Segundo Freire, 1996, “É pensando criticamente a prática de hoje e de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (Freire, 1996, p. 18).

É necessário para a prática com alunos TGD a professora desenvolver uma rotina onde esse aluno venha se familiarizar com a rotina escolar, com isso, a professora deve ter os horários, a organização da sala, dos materiais bem pré-estabelecidos na rotina desse aluno para a evolução da sua aprendizagem. A prática do professor da sala de AEE deve ser uma prática lúdica onde venha trabalhar as potencialidades desse aluno, antes deve ser desenvolvido o relacionamento com a família e com os profissionais de apoio como psicólogos e fonoaudiólogos pois a comunicação com o núcleo de apoio é essencial para o professor conhecer o aluno criando um laço de respeito, confiança e carinho.

Como referido, a professora responsável pela sala disponibiliza um planejamento individual contendo informações onde as dificuldades, potencialidades, objetivos e abordagens do aluno estão descritas sendo as informações revisadas para analisar a evolução do aluno, para que essa prática venha acontecer deve ter o apoio completo da família, da professora da sala regular, dos profissionais da saúde juntamente a professora da sala de AEE. É importante que a relação professora da sala de AEE e professora da sala regular venha acontecer com o objetivo da evolução do aluno, sempre tendo uma comunicação de respeito buscando acabar com as barreiras que estejam impedindo o aluno de evoluir como cidadão, a união entre esses núcleos familiar e profissionais deve está sempre se atualizado em relação a regressão ou evolução dessa criança através de reunião com os familiares sendo também dever dos profissionais a renovação dos seus conhecimentos por meio da formação continuada visando o crescimento profissional e também o desenvolvimento do aluno.

A prática inclusiva com alunos com autismo deve buscar desenvolver a criatividade a interação com o meio social, a comunicação, a quebra das barreiras emocionais como o reconhecimento das emoções e o entendimento do sentimento de empatia, tudo através de jogos lúdicos e atividades com imagens de fácil compressão para esses alunos, é responsabilidade do professor desenvolver uma prática muito bem organizada sempre mantendo um diálogo compreensível e racional para uma maior compreensão dos alunos com TEA, como afirmado nesta pesquisa é importante a professora manter uma rotina na sala para que o aluno com TEA venha se sentir acolhido, ajudando no desenvolvimento e na regulação emocional desse aluno.

A importância em lutarmos por uma educação inclusiva é visando uma qualidade na educação pois sabemos que países que desenvolvem uma educação de inclusão tem índices de desenvolvimento humano altos, ou seja, a sala inclusiva contribui para a aprendizagem de todos os alunos com necessidades e sem necessidades, por mais que o Brasil tenha leis que regulamentam a educação inclusiva sabemos que na realidade da educação existe pouca ou nenhuma funcionalidade das leis, levando uma “carga” de obrigação da prática inclusiva muitas vezes subentendidas ao professor.

Sabemos que somente o professor não irá mudar a realidade educacional dessas pessoas, sendo necessário a participação da família e da gestão reivindicar os direitos desses alunos como SRM e do AEE com materiais adaptados, como exemplo, mesas, cadeiras, jogos, currículo e as provas adaptadas, entre outros, também um ambiente. Os alunos com TGD tem o direito da sua evolução e aprendizagem resguardado por lei sendo obrigatória a matrícula em escola de ensino regular e o seu acolhimento por parte da escola, sabemos que essas pessoas têm potencialidades e que se trabalhadas da forma correta essas pessoas terão total disposição social como cidadãos e a livre escolha como indivíduos além da oportunidade de se empregar podendo concorrer normalmente com todos ao mercado de trabalho. Através da educação as pessoas com necessidades especiais tem a oportunidade de ser inseridas na sociedade e terem plenamente suas liberdades individuais como todos, através da prática inclusiva pessoas e famílias são transformadas sendo possível a oportunidade dessas pessoas viverem

normalmente em sociedade e para isso professores devem ter a capacitação necessária a formação superior, uma pós-graduação e formação continuada para desenvolver práticas inclusiva que venham trabalhar as potencialidades desses alunos e a inclusão em sala, trabalhando o respeito à diversidade.

Como afirma Freire, 1987,

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (Freire, 1987, p. 40).

Na educação bancária o aluno é somente receptor das informações e do conhecimento onde os educadores estão no centro e os alunos como coadjuvantes no ensino de forma que se tornam meros replicadores disciplinados e aprisionados, na educação libertadora o aluno é o protagonista do ensino onde o professor está como mediador do ensino tendo suas necessidades e potencialidade atendidas e desenvolvidas sendo trabalhado os conhecimentos de cada aluno valorizando e respeitando os discentes e suas dificuldades. A educação inclusiva com alunos TGD deve ser essa prática onde o aluno é o centro do processo de forma que suas necessidades venha ser atendidas e respeitadas e que sua diferença não o limite a ser um estigma, nessa perspectiva as Salas de Recursos Multifuncionais com o Atendimento Educacional Especializado surgem no contexto educacional brasileiro visando atender de forma verticalizada o ensino para essas pessoas, sendo possível garantir as oportunidade de desenvolvimento como cidadão e pessoal pois através da escola as relações sociais são desenvolvidas e compartilhadas.

Entendendo a prática inclusiva com alunos que tenham Transtornos Globais, surgiu questionamentos a cerca dessa prática dentro da Escola pública, então revela-se no contexto da educação o AEE- Atendimento Educacional Especializado onde o professor responsável por esse atendimento desenvolve a prática inclusiva.

1.4 Contextualizando o AEE

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um dos serviços prestados pela educação especial para atender aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação,

que devem estar matriculados em escolas públicas de ensino regular. Esse direito é obrigatório por lei, todas as escolas públicas devem estar aptas para receber um aluno com necessidades especiais, sem qualquer tipo de discriminação, esse direito é permitido por lei através da LDB Lei, Nº 9394/96, no (Art. 58, incisos II e III), diz que o “atendimento deverá ser em classes, escola ou espaços especializados em função das condições específica de cada aluno, caso não seja possível sua participação em sala de ensino regular”. (Brasil, 1988). O objetivo do AEE é eliminar toda e qualquer barreira que impeça a participação do aluno com deficiência a um ensino público regular, esse ensino é complementar a sala de aula, dentro da SMR o intuito é trabalhar as dificuldades de cada aluno através de materiais pedagógicos específicos.

A SRM- Sala de recursos multifuncionais na Educação Básica é um atendimento educacional especializado (AEE), de natureza pedagógica, que complementa a escolarização de estudantes que apresentam deficiência intelectual, deficiência física, neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos matriculados na rede pública de ensino. O trabalho pedagógico da SRM deve ser articulado com a proposta pedagógica da escola e realizado por meio de cronograma, em grupo ou individual, conforme as especificidades e necessidades de aprendizagem do estudante, no período contrário da matrícula no ensino comum. Os critérios para abertura de uma SRM devem obedecer quatro princípios básicos: Estudante avaliado, Espaço físico adequado, Professor especializado, Registro de matrícula do estudante da Educação Especial em classe comum do ensino regular, atendendo aos critérios a escola deve enviar ao NRE-Núcleos Regionais de Educação o pedido com as seguintes informações, requerimento do diretor do estabelecimento de ensino ao Secretário de Educação com assinatura do mesmo, também deve ter a relação de alunos que frequentaram a Sala de Recursos Multifuncional.

Prioritariamente, os serviços do AEE podem ser prestados em sala de recursos multifuncionais e sempre no contraturno da escola podendo ser oferecido também no turno regular caso haja necessidade, tendo a escola em sua infraestrutura uma sala de apoio com todos os materiais pedagógicos especializados e mobiliários a instituição está apta para a educação inclusiva,

assegurando todos os direitos e o pleno acesso ao currículo escolar, assim, desenvolvendo a igualdade de condições dos alunos TEA como aos demais estudantes.

Como afirma, Magalhães (2003), p.41;

Na inclusão, a ideia subjacente é que o aluno não se amolda à escola, ou seja, o problema não estaria centrado na pessoa que tem necessidades específicas, mas nas interações que estabelece com as condições de ensino-aprendizagem que a escola possibilita (Magalhães, 2003, p.41). (apud Roberto; Antero, 2016, p.3).

Compreendemos que existe a realidade de escolas que não estão prontas para receber os alunos com TEA, seja por falta de uma gestão inclusiva, corpo docente instruído ou a falta da SRM. Essa é a verdade, a uma educação que tem a muito tempo negligenciado a educação das pessoas com NEE- Necessidades Educacionais Especiais em princípio o TEA, essa situação ocasiona resultados que acabam prejudicando uma área educacional já fragilizada como exemplo, a superlotação das salas pelo remanejamento de alunos de escolas que não possuem em seu ambiente escolar uma SRM. Essa face da educação inclusiva vem prejudicando os profissionais do AEE pois existe um desgaste no profissional que busca atender todos os alunos, comprometendo assim a prática desse profissional.

Com isso, a escola inclusiva é aquela que busca se adequar à lei vigente, procurando se aprimorar, construir ou renovar seus métodos, infraestrutura física e o PPP- Projeto Político Pedagógico, para receber esse público que precisa ser respeitado. É por meio do conhecimento que temos o total desenvolvimento humano e os direitos como cidadãos resguardados, acreditamos nessa educação para os alunos com TEA onde sua autonomia é trabalhada e respeitada.

Ao falarmos do TEA pode-se afirmar as diferentes teorias que respaldam as abordagens mais conhecidas referentes ao TEA, onde professores, psicólogos e psicopedagogos debruçam para trabalhar de forma eficaz aplicando técnicas que venham entregar resultados e a evolução da pessoa com TEA.

1.5 Abordagem teórica sobre o TEA

Através de estudos e pesquisas na área da Neurociência e psicologia foi possível entendermos o funcionamento do TGD e as características que envolvem

o transtorno, debates a fim de uma qualidade no tratamento e a busca pelos fatores do transtorno ainda estão em andamento pois não foi possível chegar aos diagnósticos concluídos das causas do TEA sendo uma questão desconhecida. É possível afirmar que o transtorno atinge em maior escala o grupo de meninos em relação a meninas também é afirmativa que as características do TEA surgem nos primeiros meses de vida, ao longo dos anos o número de casos relacionados ao TEA vem crescendo, e a cada dia um número grande de crianças nascem com o transtorno, isso é provável pela facilidade do diagnóstico e dos avanços nas pesquisas e tecnologias.

De acordo com o “CDC (2023), na última pesquisa divulgada pelo CDC em 2021, também não tínhamos dados concretos sobre diferenças entre os sexos. Na pesquisa divulgada em 2020, há o resultado de que para cada 1 menina com TEA, há 4 meninos com TEA”, (Autismo e Realidade, 2023). Sabemos que o autismo citado acima teve um longo caminho para sua evolução como transtorno e sua classificação, podendo ser oportuno tratamentos aos indivíduos que nascem com essa necessidade. As pessoas com o espectro autista têm em sua vida diversas barreiras que iniciam desde a mais tenra idade dos primeiros anos de vida até idade adulta, a vida em sociedade é essencial para todos e os relacionamentos interpessoais nos torna ser humano pois através dos relacionamentos fora do seio familiar aprendemos a lidar com o “outro” e com o mundo, mas para inserção de uma pessoa na sociedade se espera modos operantes “comuns” a qualquer pessoa como a interação social, a fala, expressar sentimentos entre outras ações, contudo indivíduos que possuem o transtorno autistas têm em suas características ações que vão de contrapartida ao que é esperado socialmente como afirma o APA (2000), “prejuízo na interação social, na comunicação e um repertório marcadamente restrito de atividades e interesses”. (Grupo Evolução, [s.d]).

Com isso, métodos foram desenvolvidos com diferentes abordagens procurando diminuir ou acabar com as características e estereotípias que marcam o autismo e que impede os indivíduos de participarem da sociedade, a questão não se refere a falta de uma sociedade preparada, sabemos que a sociedade em que vivemos não está em seu estado ideal para as pessoas com necessidades especiais mas o fator primordial é que o ser humano como indivíduo é sociável no sentido

amplo da palavra ou seja, somos seres conscientes, e com isso exigimos comunicação sendo a ação essencial de qualquer relacionamento social humano, através da comunicação expressamos sentimentos, pensamentos, vontades e podemos mudar o mundo em que vivemos e nossa realidade, a comunicação é o fator essencial que nos diferencia das demais criaturas sendo uma habilidade esperada que todos a tenha, mas como sabemos os indivíduos com espectro autistas falta em seu repertório essas habilidades de comunicação e interação afetando assim a vida dessas pessoas, os relacionamentos familiares, pessoais e seu futuro.

A busca por métodos e abordagens que venham desenvolver as potencialidades e as habilidades de comunicação e interação são vistas e aplicadas principalmente na área da psicologia, terapia, fonoaudiologia, pedagogia e farmacológica, as abordagens visam trabalhar a fala, interação social, consciência do mundo, a diminuição das estereotípias e de ações vistas como negativas e inapropriadas socialmente como por exemplo a agressividade. Das abordagens mais desenvolvidas como tratamento para o autismo estão entre elas, ABA, Floortime, PADOVAN - Organização e reorganização neurológica; PECS, TEACCH, SCERTS, Son-Rise e Farmacoterapia.

A ciência, em específico a neurociência, não tem dados robustos das causas que desenvolvem o Transtorno do Espectro Autista, a falta de dados dificulta tratamentos que venham ter sua eficácia total. Podemos analisar através das informações referidas acima que existem variadas formas de tratamento para o autismo, mas as três abordagens mais utilizados pelos profissionais é a TEACCH¹, ABA e a farmacológica² como a causa que leva ao autismo não foi descoberto os

¹ Os princípios de ensino estruturado são utilizados principalmente pelo programa teacch (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children – Tratamento e Educação de crianças com autismo e dificuldades de comunicação), partindo da idéia de que crianças e jovens com autismo têm um perfil cognitivo diferenciado e necessitam de estratégias educativas especializadas. A ênfase na organização e estrutura do ambiente prevê a criação de rotinas de trabalho, uso de “pistas” visuais e instrumentos de apoio que são organizados sistematicamente para facilitar a compreensão e promover a autonomia da criança.

² A aba (do inglês Applied Behavior Analysis), conhecida no Brasil como Análise Aplicada do Comportamento. Esta abordagem tem contribuído positivamente para o ensino de crianças com autismo, especialmente na redução ou extinção de comportamentos. No entanto na Farmacológico, conforme ampla revisão publicada por Eissa et al. (2018), na prática clínica diferentes classes de medicamentos têm sido empregadas em intervenções farmacoterapêuticas na tentativa de estabelecer o pleno controle dos sintomas acessórios que compõem o quadro do TEA. Os fármacos em questão incluem os antipsicóticos atípicos (risperidona, olanzapina, clozapina) para hiperatividade, irritabilidade,

meios encontrados para o tratamento ainda são abordagens com viés comportamentais onde os profissionais requisitados para desenvolver essas abordagens são psicólogos, fonoaudiólogos e pedagogos mas é essencial a formação para trabalhar com essas abordagens por ser um tratamento completamente psicológico e que envolve o comportamento de um indivíduo.

Para que a eficácia do tratamento venha ocorrer é preciso uma relação de ajuda mútua entre família, escola e profissionais da saúde, a família é essencial nesse caminhar juntamente com a escola pois os três família, psicólogo e escola unidos conseguem fazer com que o aluno venha reverter o grau do autismo podendo deixar do grau “severo” ao “leve” dependendo do indivíduo, com ajuda da Escala de Classificação do Autismo na Infância foi possível classificar o autismo em três graus leve, moderado e severo, onde é feito perguntas através de um questionário aos pais da criança relacionadas a vida dos pais antes e após o nascimento da criança entre outras perguntas.

Através dos textos e informações, pode ser avaliado uma grande preocupação dos pais em relação aos filhos nascerem com autismo, isso acontece pelo medo da rejeição dos parentes e da sociedade, a vida cotidiana dos pais de autistas são rotinas exaustivas e solitárias assim é compreensível o medo. Para um diagnóstico precoce e um tratamento mais eficaz é primordial que a família esteja atenta a todas as ações da criança desde o primeiro mês de vida pois o transtorno em grande maioria já estar presente na infância, quando o diagnóstico é feito corretamente e cedo as chances de um tratamento ser eficaz é grande, reiterando que sempre dependendo de cada indivíduo.

Segundo Coutinho et al (2013),

a realidade da prática clínica revela que as reações de pais ao diagnóstico “espectro autista” são na maior parte das vezes devastadoras, tanto para eles como para os filhos. Por um lado, o preconceito que ainda cerca o diagnóstico leva muitas vezes os pais a sentirem-se envergonhados e revoltados, fazendo-os afastar a criança do convívio social. Por outro, os filhos sofrem com o desinvestimento dos pais, a partir de um tão perturbador diagnóstico. (Coutinho et al, 2013, p.5).

agressividade ou comportamento autolesivo; inibidores seletivos da recaptação de serotonina (ISRS) (citalopram, fluoxetina, sertralina) para comportamentos repetitivos e ansiedade; antagonista opioide (naltrexona) e psicoestimulante (metilfenidato), ambos para hiperatividade (EISSA et al., 2018), e para os distúrbios do sono, mediadores do sistema nervoso central (melatonina) (NASH; CARTER, 2016).

Durante aplicação do tratamento é possível observar a mudança do comportamento das crianças sendo perceptível aos pais e professores, onde o aluno desenvolve autonomia, diminui as estereotípias, desenvolve a fala e a interação social, e para que essas mudanças ocorram é essencial a participação familiar do início do nascimento observando qualquer sinal de diferença no comportamento e após o diagnóstico desenvolvendo as atividades propostas pela equipe de psicólogos, terapeutas e pedagogos e buscando aplicar da melhor forma possível os comandos desses profissionais para não reforçar atitudes que não são esperadas no tratamento contribuindo assim para a evolução dessa criança.

Então podemos refletir que as diversas abordagens surgiram para ajudar os profissionais que trabalham com o TEA, em específico o professor, essas abordagens complementam a prática inclusiva contribuindo para que o professor consiga desenvolver a prática com o aluno no AEE e no ensino regular, essas abordagens de forma majestosa ajudam na inclusão do aluno, como exemplo, um aluno com TEA que tem a hiperatividade muito acentuada, com a abordagem farmacêutica temos a regulação desse aluno, levando a sua participação e inclusão nas atividades propostas pelas professoras, sabemos que a inclusão do aluno TEA é primordial para alcançar a evolução social, psicológica e afetiva desse aluno.

1.6 Inclusão do aluno com diagnóstico do TEA

A inclusão da criança com o Espectro Autista na escola é muitas vezes adornada com um ar de “problema” pela gestão escolar, professores e famílias das outras crianças, essa visão vem carregada de um desconhecimento em como lidar com a criança autista e suas características como por exemplo a agressividade consigo ou com os seus pares, elevando as reclamações dos pais para com os professores e a gestão. Na perspectiva do professor as dificuldades são pela falta de preparo, de uma escola com ambientes inclusivos e a falta muitas vezes do pensamento de inclusão, o que retira a oportunidade e o direito de muitas crianças a fazer parte da Sala de Recursos Multifuncionais.

Mas temos que salientar, um problema real que vem ocorrendo por diversos fatores, como a não eficácia dos direitos e das leis em específico a região nordeste, onde as políticas públicas para essas pessoas com TEA não vemos ser aplicada

nas escolas de rede pública, como afirmada mais acima, a falta de salas de AEE, eleva as dificuldades já encontradas pelos profissionais dessa área. Para ultrapassar essas barreiras profissionais do AEE trabalham com afinco para acolher aos alunos com todos os recursos e abordagens possíveis que venham ajudar esse aluno a desenvolver suas potencialidades e dificuldades.

Compreendemos que na prática inclusiva com crianças com TEA a atitude que o professor pode tomar em relação ao aluno é o acolhimento dele em todas as atividades e propostas desenvolvidas em sala e na escola, incluir desde uma roda de conversa, ao chamar para participar de uma pergunta, apresentações entre outras atividades, é papel das professoras da sala regular e da SRM trabalhar o acolhimento do “diferente” em sala com os alunos através de rodas de conversa, palestras, apresentações e feiras sempre mostrando que mesmo fora do ambiente escolar iremos nos deparar com essas pessoas, e que o respeito é primordial.

Como afirma Santos e Capelinne (2013),

Contudo, a criança pode se desenvolver por meio de convivência com outras crianças da mesma faixa etária, e a escola é o melhor lugar para que isso aconteça. (Santos & Capelinne 2013). (apud Lóss, Ferreira, Germano, Costa, Lóss, Istoe, 2023, p.6).

A interação das crianças sem necessidade com as crianças TEA é de grande importância para o desenvolvimento de todas, pois nesse relacionamento elas podem aprender o respeito às diferenças, a empatia, desenvolver o raciocínio para criar brincadeiras que participem todas e a criatividade, já para as crianças com necessidades especiais é importante pois irão sentir o acolhimento, o respeito, o carinho e compreenderão, pois, que o status de necessidades especiais não as define, com isso, o aumento da autoestima e a confiança em si mesmas será desenvolvida podendo gerar o sentimento de esperança, às fazendo entender que as barreiras físicas e sociais não definem quem são e que elas podem crescer e evoluir como todos. Segundo Leon (2016 p. 15), “quem tem TEA apresenta uma mente diferenciada, uma forma distinta de compreensão e de aprendizagem”. (apud Cunha, Lira, 2021, p.4).

Como afirma Leon, as pessoas com TEA têm mentes extremamente distintas com uma forma única em ver o mundo, levando ao professor sempre está trabalhando novos recursos metodológicos e estratégias didáticas para que esse

aluno venha se inteirar das atividades e evoluir, uma educação inclusiva é quando o aluno não é visto como “diferente”, mas como uma “pessoa” com uma forma única e especial de está no mundo, os alunos com TEA e seus familiares esperam uma educação pública e SRM que acolham as suas dificuldades e potencialidade sem preconceitos e julgamentos, onde o aluno é o centro do processo de ensino e aprendizagem e todos os objetivos traçados no plano individualizado consiga ser desenvolvido. Pois o ensino somente é aprendido quando o aluno consegue reproduzir ou criar a partir do que foi ensinado, é assim que esperamos e vemos os alunos com TEA saindo do AEE para a sociedade.

Para complementar os aportes teóricos referenciados nesse estudo e refletirmos mais sobre a prática pedagógica inclusiva, formação continuada, recursos didáticos entre outros, seguiremos aos percursos metodológicos onde situaremos o início e a produção desse estudo por meio de relatório e entrevista com professoras que atuam na SRM e no AEE com alunos TEA.

Capítulo II

PERCURSO METODOLÓGICO

Esse estudo é contemplado pela abordagem de natureza qualitativa, que permite a relação direta entre o pesquisador e o objeto de pesquisa, parafraseando Santos Filho (1995), por meio da abordagem qualitativa o entrevistado tem a oportunidade de estar no centro do estudo sendo ouvido suas experiências, conhecimentos e desafios na educação especial.

Com base nessas considerações, Santos Filho (1995),

Evidencia que a abordagem qualitativa concebe o homem como sujeito e ator, enfatizando a centralidade do significado como produto da interação social. (Santos Filho, 1995, p.39).

Através da abordagem qualitativa podemos observar o objeto de estudo no seu lugar de trabalho e com o olhar do entrevistado, evidenciando suas respostas e ponto de vista, sendo composta por um olhar mais “humano” do problema pesquisado, de acordo com Godoy (1995), A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental. (Godoy, 1995, p. 62). Procuramos abordar a estratégia qualitativa através da entrevista com as professoras das referidas escolas, pois entendemos que por meio de perguntas objetivas sobre o tema proposto conseguimos com mais facilidade

compreender e interpretar os dados coletados, e assim, entenderemos o AEE e suas variáveis através do olhar das professoras. O tipo de pesquisa é explicativa caracterizado como afirma, Severino, (2014),

A pesquisa explicativa é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos. (Severino, 2014, p.107).

A coleta dos dados foi realizada em entrevista semiestruturada, quanto à entrevista como instrumento de coletas de dados, compreendemos a importância de perguntas objetivas referentes ao tema estudado, onde foi respondido e compreendido pelas professoras, foi desenvolvido um roteiro com perguntas previamente estabelecidas organizadas e feitas durante a coleta de dados, pois a organização das perguntas em tópicos permite a análise dos dados. As perguntas foram relacionadas a Formação continuada das professoras, a Prática inclusiva com crianças TEA, Recursos didáticos, entre outras. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a entrevista “é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (Marconi, Lakatos, 2003, p. 195).

De acordo com DiCicco-Bloom e Crabtree (2006, p. 315),

Asseveram que esta é comumente “organizada em torno de um conjunto de questões abertas predeterminadas, com outras questões emergindo a partir do diálogo entre entrevistador e entrevistado.

Após a formulação do roteiro, foi comunicado a gestão escolar e as professoras sobre o conteúdo abordado na pesquisa e o seu objetivo para a autorização do uso das informações contidas nessa pesquisa. O contato foi de forma online no whatsapp com as professoras atuantes na SRM para marcarmos o dia e horário da entrevista. A entrevista foi aplicada na SRM sendo um local calmo e particular para as professoras expressarem suas opiniões, perguntas complementares a dúvidas produzidas durante a entrevista foram feitas sem qualquer amarra, seguindo a proteção dos dados foi informado como ocorreria a entrevista e as ferramentas usadas, como a gravação da entrevista por (áudio) para que a futura transcrição das informações viessem ser mais fidedigna como afirma

(Gil, 2008, p. 119) “A gravação, em vídeo ou em áudio, é a melhor forma de “preservar o conteúdo da entrevista”.

Assim, abordamos a análise através de uma reflexão crítica sobre os avanços reais dessa área da educação. Para entendermos a perspectiva inclusiva analisamos e nos inteiramos da prática do professor do AEE com alunos com TEA, com isso, o objetivo da pesquisa foi analisar a Prática do Profissional do AEE, onde abordamos a sua importância e a influência no desenvolvimento de crianças com Necessidades Educativas Especiais do Espectro Autista. Os resultados apresentados no presente estudo foram descritos a partir de contribuições teóricas e metodológicas dos teóricos referidos nesta pesquisa visando alcançar os objetivos propostos no presente estudo. O resultado foi analisado, descrito e discutido teoricamente. Como afirmado por (Bardin, 1977, p.95), Análise de Conteúdo se organiza em três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Primeira fase Pré-Análise, inicia com a sistematização das ideias iniciais, objetivos e a interpretação do referencial teórico. Nesse momento a organização da entrevista e dos instrumentos que compõem a coleta de dados, isso ocorre, para uma melhor organização dos objetivos propostos pelos pesquisadores durante a Análise de Conteúdo. Sendo composta por uma atividade não estruturada, composta pela Leitura Flutuante, onde é buscado o contato com os documentos pesquisados, para que o objeto procurado seja conhecido pelo pesquisador e o conteúdo analisado sendo necessário a escolha do documento guiadas por regras estabelecidas por (Bardin, 1977). A segunda fase, A exploração do Material, manifesta a divisão da pesquisa em unidades com eixos temáticos pensando no tratamento dos resultados obtidos e interpretação dos dados, como afirma (Bardin, 1977, p.103), “Tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação - efectuada segundo regras precisas- dos dados brutos do texto [...]”. Na busca da categorização o material é recortado em unidades organizadas e agrupadas por temas, parágrafos e enumeração dos dados coletados. Terceira fase Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação dos dados. Busca pela comparação dos dados onde será observado as variáveis do objeto pesquisado, demonstrando os aspectos iguais e

diferentes, análise de toda entrevista decifrando as falas compostas na entrevista pelas professoras, sendo todos esses pontos interligados entre si.

A presente pesquisa se respalda na técnica de Análise de Conteúdo, onde as informações prestadas na entrevista são observadas e analisadas pelo pesquisador, nessa perspectiva é evidenciado durante a análise a busca por compreender as falas das professoras e seu pensamento subentendido por trás da fala. Para isso, a Análise de Conteúdo é dividida em tópicos para melhor compreensão das informações coletadas na entrevista.

Portanto, em um primeiro momento organizamos a análise em Observação dos dados gerais sobre as escolas usadas como campo da pesquisa, no segundo momento elaboramos categoriais com subtítulos específicos como: O professor e sua prática pedagógica do professor no AEE sala de SRM; A concepção da formação continuada do professor da sala de AEE; O professor da sala de AEE e suas estratégias didáticas; A concepção do professor da sala de AEE quanto aos recursos didáticos.

A pesquisa foi no modelo presencial com duas professoras atuantes no Atendimento Educacional Especializado-AEE e que desenvolvem práticas pedagógicas com crianças com NEE do Transtorno do Espectro Autista-TEA. Por meio do documento de confidencialidade assinado pelas professoras foi criado e designado para cada professora os seguintes nomes fictícios, Beatriz e Rebeca. As escolas e professoras escolhidas para análise da prática vieram pela facilidade de comunicação com as escolas, sendo aberto pelas professoras a SRM- sala de recursos multifuncionais de bom grado para a coleta de dados.

Iniciamos as observações e entrevistas em duas Escolas Municipais na cidade de Parnaíba, caracterizadas com nomes fictícios Escola Jardim do Ensino e Escola Caminho da Sabedoria para melhor compreensão. A Escola Jardim do Ensino tendo a professora Beatriz e a Escola Caminho da Sabedoria tendo a professora Rebeca. Segui na **Tabela 1**, as informações coletadas na pesquisa.

Tabela 1- Dados coletados na pesquisa

Técnica da pesquisa	Escola	Turmas	Professoras	Formação	Horário Entrevistas	Quantidade Alunos
----------------------------	---------------	---------------	--------------------	-----------------	----------------------------	--------------------------

						AEE
Pesquisa Explicativa	Escola Jardim do Ensino	Escola A: 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.	Professora Beatriz	Graduação em normal/superior e história, Especialização em Educação Especial com habilitação em libras, Neuropsicopedagogia e AEE com psicomotricidade.	07:00 às 09:00	20
Abordagem Qualitativa	Escola Caminho da Sabedoria	Escola B: Educação Infantil, 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.	Professora Rebeca	Formação em pedagogia na Universidade Federal, com Especialização em Educação Especial Inclusiva e Especialização na SRM.	16:00 às 17:30	23
Entrevista Semiestruturada	--	--	--	--	--	--
Roteiro de Pesquisa	--	--	--	--	--	--

Fonte: Autor Próprio (2024)

Sendo contemplada a pesquisa como afirmado na tabela a cima, a Escola Jardim do Ensino com turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e a Escola Caminho da Sabedoria com turmas do Infantil e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Atualmente, a Escola Jardim do Ensino tem 20 alunos com necessidades especiais, todos são atendidos pelo AEE. Já a Escola Caminho da Sabedoria possui em torno de 23 alunos atendidos, entre alunos da instituição e proximidades. A realização da entrevista ocorreu no período da manhã entre 07:30 às 09:00 com a professora Beatriz e com a professora Rebeca o encontro foi pela tarde de 16:00 às 17:30 os dois encontros foram em dias diferentes.

A professora Beatriz tem graduação em normal/superior e história, Especialização em Educação Especial com habilitação em libras, Neuropsicopedagogia e AEE com psicomotricidade. A professora tem 7 anos de experiência no AEE. Teve como primeiro, um aluno com autismo que era suporte 3, a partir de então, a professora começou a estudar mais sobre o autismo. A professora nos revela que a 7 anos atrás o autismo não era tão falado como atualmente, revelando a importância ao debater o tema autismo na educação, pois a professora afirma que é o público que mais presente hoje na sala. Ela confirma a necessidade da renovação do conhecimento para estar ciente das novas abordagens e práticas para desenvolver com o público TEA.

A professora Rebeca, tem formação em pedagogia na Universidade Federal, com Especialização em Educação Especial Inclusiva e Especialização na SRM. A professora passou a atuar na sala de recursos a 7 anos, antes era professora da sala de aula regular, quando começou a receber muitos alunos especiais, na época a professora não tinha nenhuma formação na área, assim surgiu inquietações em ajudar as crianças que chegaram em sua sala de aula, buscou entender mais sobre a aprendizagem dessas crianças, a professora fez um curso de educação especial inclusiva, onde foi convidada pra trabalhar nas salas de recursos.

Durante a entrevista, foi afirmado diversos desafios e barreiras encontradas e elencadas pelas professoras como perpetuadoras para a não efetivação do serviço AEE, segundo elas a falta de profissionais qualificados, além da própria implementação das salas e não somente isso, os profissionais devem ser efetivos

na rede pública de ensino e especializados através da formação continuada. Segundo os dados coletados, as escolas afirmam esforços com relação à prática inclusiva, demonstrando um trabalho em conjunto da equipe para incluir os alunos com TEA nas atividades da escola, além da integração e funcionamento da SRM no ambiente escolar.

Buscando entender mais sobre a prática das professoras, foi por meio da análise e discursão dos dados que refletimos através das respostas das professoras a prática inclusiva com o aluno TEA, reflexões a cerca da importância da prática, dos recursos didáticos, como também da formação continuada foi abordado durante o relato das professoras em suas vivências e experiências de suas práticas com o aluno TEA.

Capítulo III

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

3.1 O professor e sua prática pedagógica no AEE: sala de SRM

Como referenciado nos tópicos anteriores, a Prática Educativa dos Professores da educação inclusiva vem sendo discutida há bastante tempo através de movimentos internacionais como a Declaração de Salamanca e outras diretrizes que visam alcançar uma educação inclusiva, sabemos que a prática profissional dentro da educação inclusiva é um fator importante para a evolução dos objetivos pré-estabelecidos para cada aluno. Nesse ponto, a prática profissional deve estar respaldada em renovação do conhecimento por meio da formação continuada juntamente com um redirecionamento dessas práticas, entendendo essas abordagens sem um olhar romântico e utópico da educação inclusiva e da prática desse profissional, com isso, para corresponder a essa demanda é dever ter profissionais que venham favorecer de forma concreta a inclusão. Por isso, na perspectiva inclusiva deve ser enfatizado a prática e o processo formativo desses profissionais para que venha ocorrer de forma realista e concreta a inclusão e também uma participação efetiva do processo de inclusão por esses profissionais.

Por meio da SRM e do AEE, crianças com todos os tipos de transtornos e em principal o Transtorno Global de Desenvolvimento-TEA, tem a oportunidade de um atendimento democrático e gratuito podendo ser disponível em todas as escolas da rede pública de ensino, o papel primordial da sala é desenvolver e trabalhar as potencialidades e dificuldades dos alunos com necessidades especiais, com isso, as práticas inclusivas são vistas de forma integral e presente durante os atendimentos, pode ser percebido diversos meios e recursos que se manifestam na prática no AEE. O uso de métodos teóricos também é trabalhado e desenvolvido pelos professores da

sala, mas a realidade da vivência faz com que novas técnicas e recursos sejam elaborados muitas vezes diferentes dos métodos teóricos estudados pelas professoras, principalmente porque se trabalha com “material” humano, ou seja, pessoas que além dos transtornos são indivíduos singulares e únicos.

Como afirma Paulo Freire (1996, p.18), “Através da reflexão crítica sobre a prática de hoje ou de ontem é que se pode melhorar a próxima prática”. Entendemos que para um profissional da educação inclusiva adquirir uma prática com qualidade é necessária uma abordagem por meio do desenvolvimento profissional ao longo da carreira pedagógica e que pode envolver diversos aspectos como por exemplo, o profissional, pessoal e organizacional. Na dimensão pessoal podemos afirmar a profissionalização através da formação continuada, suas estratégias e como o professor as desenvolve, já na dimensão profissional surge em decorrência do processo anterior onde uma prática inclusiva renovada auxilia na constituição da profissão professor da educação especial. Na dimensão organizacional, se manifesta em decorrência da renovação desse professor levando também a uma renovação na instituição, tudo por meio das funções e conhecimentos adquiridos por meio da inovação escolar, ou seja, o ensino inclusivo que surge afirmando a responsabilidade social do profissional da educação inclusiva para buscar a inovação atendendo às demandas sociais das minorias. Diante disso ao indagar sobre a prática das professoras foi possível por meio dos dados recolhidos as seguintes contribuições:

Rebeca: Com os autistas e com os outros também, eu gosto sempre de mostrar a rotina o que a gente vai fazer e essa rotina eu sempre gosto do quadrozinho de “fazer e feito”, aí eu mostro para eles durante o atendimento o que a gente vai trabalhar aí eu vou colocando na ordem eu gosto de mostrar tanto a imagem como a parte escrita, aviso que a gente vai trabalhar por exemplo, o calendário e depois nós vamos para a hora da história, de trabalho de aula, se tiver algum vídeo, aí vou mostrar para ele toda coisa que eu vou fazer com eles e eu procuro utilizar imagens, porque isso vai reforçar.

As professoras citam durante a entrevista que buscam conhecer através da família os “gostos” do aluno e seus interesses para assim desenvolver um vínculo de confiança, também é afirmado o uso de materiais como recursos didáticos comprados e produzidos pelas professoras, como livros, músicas, cartas, material dourado, jogos

da memória, atividades impressas entre outras atividades, visando a necessidade de cada aluno previamente descritos no plano individual do aluno. O planejamento individualizado é importante para a organização dos objetivos e habilidades a serem trabalhadas com os alunos, como foi afirmado, cada plano é individual pois cada indivíduo tem potencialidades e dificuldades diferentes então a forma como se devem desenvolver a prática é variada, para que assim essa prática venha ser divertida para esse aluno e os resultados sejam alcançados, assim é importante e necessário o professor do AEE está atento a evolução do seu aluno para que essa prática venha evoluir ou ser reforçada e caso os objetivos não sejam alcançados venham ser reformulados.

De acordo com Freire (1996, p.18), “Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar condições para que os educandos em suas relações sejam levados a experiências de assumir-se. Como ser social e histórico, ser pensante, transformador, criador, capaz de ter raiva porque capaz de amar”. Uma verdadeira prática eleva o aluno ao patamar crítico onde esse indivíduo se percebe como um ser social onde suas necessidades devem ser resguardadas e aplicadas, nesse contexto surge a importância da prática inclusiva com qualidade na sala do AEE com crianças com TEA para que esses indivíduos tenham a oportunidade de ter o desenvolvimento completo de suas potencialidades e se tornem pessoas críticas onde venham ter seu papel dentro da sociedade.

Correia (2008, p. 28), com vistas a essa perspectiva formativa, destaca que,

Os educadores, os professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam, que tipo de estratégia devem ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos. (apud Org, Miranda, Filho, 2012, p. 33).

Podemos analisar que a professora desenvolveu em sua prática uma estratégia que ajuda na regulação emocional desse público pois por meio do jogo “fazer e feito” o aluno com TEA tem a possibilidade de previsão da sua rotina o que diminui a desregulação emocional, essa estratégia por mais simples que possa parecer ela é um grande desafio para o professor e para o aluno. A busca pelas habilidades é afirmada pelas duas professoras, e visto na fala da professora Rebeca, que segundo ela há importância de desenvolver as habilidades sociais e emocionais, onde o aluno

em um primeiro momento irá desenvolver o reconhecimento das emoções e assim irá se inteirar facilmente ao ambiente da sala do AEE e com a escola.

Através de atividades “simples” como essa citada pela Rebeca, há uma evolução visível dos alunos, assim, podemos abordar a importância de materiais qualificados para que essa prática venha acontecer de forma eficiente, como citado pela professora, até o uso das tecnologias é essencial para a prática inclusiva, como o uso da Tecnologia Assistiva-TA, usando de jogos para alfabetizar o aluno de acordo com hiperfoco. Assim podemos afirmar o dever essencial desse profissional com uma prática inovadora, atualizada e inclusiva para que as demandas sociais e o público com TEA venham ser acolhidos da melhor forma. Podemos observar no relato, que existem critérios pré-estabelecidos para se trabalhar com o público TEA segundo a professora Rebeca. A resposta da professora Beatriz não correspondeu ao questionamento proposto durante a entrevista sendo cabível somente a resposta e descrição da resposta da professora Rebeca.

Para entendermos mais sobre a prática nos voltamos ao trabalho das professoras com os recursos pedagógicos na sala de AEE durante os atendimentos, os recursos pedagógicos é todo método analisado, testado e aplicado dentro da sala do AEE, por meio dos recursos didáticos como jogos, pinturas, livros, brinquedos entre outros que são utilizados pelas professoras para que a prática venha ser mais “fácil” e “confortável” para o aluno, por meio desses recursos é demonstrado através dos relatos das professoras o avanço pedagógica e social desse público, por exemplo, visando esse objetivo as professoras afirmam a importância em saber o hiperfoco desse aluno para que essa informação venha contribuir na formação desse aluno com TEA, onde será de acordo com as necessidades e o hiperfoco trabalhado uma atividade que corresponda a todos os objetivos listados pela professora. Existe dentro da realidade educacional em geral, mas especificamente também na educação inclusiva a falta de recursos didáticos, essa situação torna mais difícil a prática dos profissionais da educação inclusiva o que leva muitos a retirar da sua renda os recursos financeiros para arcar com a sua prática educativa, nessa perspectiva afirma as professoras:

Beatriz: “Eles são confeccionados por mim e também são comprados, né? Alguns são comprados e outros são adaptados”.

Rebeca: “Então quando você fala bem aqui em relação aos recursos pedagógicos, são variados”. “[...] é preciso trabalhar mais essa questão da conquista, do formar o vínculo afetivo, aí pra isso a gente vai precisar saber o que essa criança gosta para tentar se aproximar dela, então a gente procura muito essa questão dos brinquedos. Pela minha experiência eu percebo os meninos, eu já percebi que eles gostam muito de carros e dinossauros então, a que tem um dinossauro e eles gostam muito, eu percebi isso eles gostam muito de dinossauros e eles gostam muito dos joguinhos de montar, então eu vou começar por aí eu vou começar pelo brincar [...]”.

Entendemos por meio dos relatos acima a importância dos recursos didáticos na prática da professora do AEE, o uso de materiais lúdicos tem seu papel principal para que os objetivos buscados pela professora venham ser alcançados. É relatado a importância do vínculo socioafetivo com o aluno e a necessidade de o professor conhecer o interesse do aluno para que essa prática venha ser mais eficiente, foi também citado pela professora Beatriz o desenvolvimento de materiais confeccionados por ela, analisamos o engajamento dessa professora em relação ao seu trabalho e a demonstração da realidade da educação especial, em que muitas vezes é necessário o professor do AEE retirar recursos do bolso para suprir e cumprir com o objetivo da aula. Como citado, o uso dos jogos pela professora Rebeca, como exemplo, de brinquedos como artifício para desenvolver sua prática, o uso do lúdico por meio dos jogos, brinquedos e livros é essencial pois por meio da brincadeira como afirma a professora eles aprendem a ler, escrever e falar interagindo assim com o meio social. A professora a Rebeca afirma o uso da Tecnologia Assistiva para a elaboração de atividades para alfabetizar os alunos com TEA, como citado em seu relato:

Rebeca: “[...]eu tinha os jogos no computador, só que os jogos que eu colocava pra ele eram jogos que tinham letras, jogos que tinha números e incentivava a leitura e aí ele foi aprendendo[...]”.

E que segundo a professora os resultados são perceptíveis, pois através do seu relato pais agradecem pela evolução dos alunos. Os recursos didáticos são essenciais para a prática das professoras, pois como afirmado, por meio do brincar os conteúdos curriculares são desenvolvidos de forma lúdica e compreensível para os alunos com TEA. Para Carvalho (2007, p. 156), em tempo de inclusão,

Devemos considerar como apoio todos os recursos e estratégias que gerem oportunidades de acesso a recursos didáticos, à informação e que propiciem condições de relacionamento interpessoal e de independência de integração à comunidade e de satisfação social.

Todos os recursos didáticos utilizados dentro da SRM e trabalhados no AEE, estão de acordo com as necessidades de cada aluno até mesmo os recursos criados e reproduzidos pelas professoras do AEE, e essa situação de produção do próprio material, nos mostra a escassez de recursos em muitas situações nas Salas de recursos multifuncionais, e todas as ações que cada professora busca para ultrapassar as barreiras que impedem a inclusão. Também através dos recursos produzidos as professoras demonstram a sua capacidade de renovação e reformulação de materiais reciclados, além de buscar produzir materiais que venham corresponder às necessidades do TEA e suas comorbidades para assim conseguir reutilizar os recursos em diversos atendimentos e com variados alunos. Diante disso, Smith, (2008, P.29,) afirma, “Para ser um participante ativo na busca de resultados para os alunos com deficiência é necessário entender os serviços de que eles e suas famílias precisam”. (apud Cargnin, Golçalves, Stupp, p.63).

Com isso, a professora (P02) afirma a importância do lúdico para desenvolver uma boa prática na educação especial, como afirmado é necessário o uso de jogos e histórias que venham da melhor forma trazer a compreensão dos objetivos que a professora deseja repassar aos alunos, como citado a professora Rebeca utilizou como recurso, jogos que venham trabalhar a rotina e o reconhecimento do sentimento levando os alunos a refletirem sobre a rotina e o tempo, sendo desenvolvido com essa atividade o emocional do aluno e levando a compreensão dos seus sentimentos, e assim, a comunicar seus desejos e pensamentos, podemos concluir, a importância da prática lúdica dentro no AEE para que assim os objetivos traçados pela profissional do AEE venham ser alcançados.

Como afirma Freire (1996, p.12),

Aprender precedeu ensina ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender. Não temo dizer que inexistente validade no ensino de que não resulta um aprendizado em que o aprendiz não se tornou capaz de recriar ou de refazer o ensinado, em que o ensino que não foi aprendido não pode ser realmente aprendido pelo aprendiz.

Diante dessa afirmação, Freire nos relata que só existe ensino quando este resulta num aprendizado em que o aprendiz se tornou capaz de recriar ou refazer o ensinado, ou seja, em que o que foi ensinado foi realmente aprendido pelo aprendiz, que a verdadeira aprendizagem se manifesta na vida do aluno quando esse alcança a capacidade crítica, tornando-o detentor do conhecimento e centralizador dentro da educação, podendo recriar ou criar o ensinado e o inexistente, alcançando patamares educacionais que antes eram barreiras mas que após uma prática com recursos didáticos utilizados e trabalhados da forma correta se transformam em realidade para o aluno, como exemplo, a Rebeca anteriormente afirma, que através de jogos de computador um aluno TEA não verbal que antes só “murmurava” saiu da sala se comunicando, ou seja, esse aluno por meio dos recursos didáticos trabalhados no AEE alcançou o seu patamar que anteriormente era impossível se tornar sua realidade.

Foi indagado se as práticas são reformuladas quando os objetivos das atividades não corresponde ao resultado esperado, pois é necessário a reformulação e mudança do planejamento, das atividades e até dos objetivos, através dessa reformulação as professoras podem alcançar de forma mais concreta o avanço educacional dos alunos com TEA, a reflexão das práticas faz com que o professor sempre venha buscar seu crescimento como profissional, alcançar níveis de criatividade e produção de atividades novas para esses alunos.

Para isso ocorre, o professor deve sempre visar o aluno e não seus interesses pessoais, pois com a perspectiva de que o aluno é o centro do processo e que suas necessidades são prioridade dentro da educação inclusiva, leva ao professor sempre encontrar a renovação da prática e sair do comodismo profissional, como afirma as professoras:

Beatriz: Com certeza, porque se não tiver mudando a gente vai persistir no erro. Tem que tá mudando.

Rebeca: Com certeza, porque às vezes a gente se programa e quando chega aqui não deu certo, tipo os primeiros dias você

programa fazer uma dinâmica “esse joguinho” aí quando chega aqui o menino destrói as coisas tudo, joga tudo pro alto, que tirar todas as coisas do armário e por mim não colocaria tudo exposto para não ficar muito estímulo certo, mas a gente não tem, então a gente tem que trabalhar com o que a gente tem né, [...] no início é muito difícil pois tem uns que choram às vezes tem crise e ainda tem muita criança que tem ligação com a mãe[...].

Podemos analisar na fala das professoras a busca em melhorar sua prática utilizando de suas experiências anteriores para resolução dos problemas encontrados na sala do AEE, como afirma a professora Beatriz, que para ela é essencial reavaliar a sua prática quando os objetivos não são alcançados como o esperado no plano individual, a professora Rebeca afirma através do seu relato também está preparada para a ocorrência de situações como citada acima, em que sua prática e experiência foram testadas e usadas da melhor forma possível, onde o aluno foi o centro do processo, nessa situação a professora teve que reavaliar a sua prática e buscar técnicas em que o aluno conseguisse se desvencilhar por algumas horas de sua mãe “figura de apego” e se habituara escola e em consonância a SRM. Acredito que nesse relato a professora buscou reavaliar e estudar a melhor técnica em ser trabalhada com esse aluno, Vigotski (2003, p. 220) afirma que “educar significa organizar a vida” (apud TEIXEIRA, 2022, p.11). Nesse pensamento Vigotsky acredita que através da educação a vida do aluno pode ser organizada por meio de práticas inclusivas, pois na educação com o TEA as práticas ajudam aos alunos aprenderem a regulação emocional, desenvolver a interação social e são alfabetizados assim, acabam organizando por meio do AEE a vida desse aluno oportunizando a participação na sociedade e tornando a escola um lugar de vivências democráticas para o público com TEA. Assim como já afirmado anteriormente, buscando uma prática humanista e democrática com o público TEA, é entendido como essencial o aluno se habituar e se familiarizar com a mudança de rotinas, ambientes e pessoas então o primeiro passo da prática de uma professora com esse público é o mais desafiador pois sabemos da dificuldade no âmbito social das pessoas com o transtorno e a se habituara mudanças na rotina, mesmo assim, professoras vêm desenvolvendo suas próprias práticas através de suas experiências, reformulando quando necessário a prática e métodos teóricos para um aprendizado eficaz do aluno com TEA, como também, a reformulação por meio da formação continuada.

3.2 A concepção da formação continuada do professor da sala de AEE

Ao ser indagado sobre o que as professoras compreendem sobre formação continuada para atuar no AEE, compreende-se a importância da formação continuada como anteriormente comentado neste trabalho, e como afirmado pelas professoras, a carreira profissional na sala do AEE deve estar repleta de conhecimentos por meio dos cursos de formação. A falta de integração completa da educação inclusiva, gera a escassez de profissionais qualificados em prontidão que venham abordar de forma integral os alunos com TEA com atividades que trabalhem o cognitivo e social do aluno.

Podemos afirmar os benefícios da formação continuada, ocorre o crescimento pessoal e profissional do professor, pessoal pois através da formação continuada por meio de cursos e palestras é entendido e trabalhado métodos mais “humanos” com os alunos e com todas as pessoas com necessidades especiais tornando esse profissional com um grande diferencial. Já no profissional, é contribuído pelo pessoal pois na formação continuada o professor se “conectará” com o que é mais novo em métodos, estudos e pesquisas na área da inclusão tornando um profissional com uma prática diferenciada dentro de um sistema que busca padronizar a prática até mesmo na educação inclusiva, com isso, através dos dados recolhidos foi afirmado:

Beatriz: Eu entendo que a formação continuada, é para você, além de estar se atualizando e revendo sua prática, é com os cursos que a gente vê e faz a autoavaliação da prática, se está condizente com o momento porque tudo é mudado e transformado e você deve estar se atualizando, se aperfeiçoando e aprimorando o que você pensa que sabe ou acha que sabe. É descobrindo novos estudos, novas técnicas, novos métodos, novas práticas, novas metodologias. Então eu vejo por aí.

Rebeca: As práticas que eu mais, assim eu já fiz, cursos em relação ao TEA e eu já fiz aquele curso ABA, já conheci alguns métodos, mas eu não foco especificamente em um, eu procuro ver o aluno, e aí eu vejo o que é mais importante fazer com eles e eu vou trabalhando, mas eu só não foco em uma coisa eu gosto de estar vendo de acordo com cada aluno e procurando desenvolver com cada um deles né.

A professora Rebeca afirma que dentro dos cursos feitos por ela, conheceu diversos métodos pedagógicos como por exemplo, o ABA, mas que não busca um método específico para a sua prática, mas analisa as necessidades e dificuldades de cada aluno para assim desenvolver uma prática que corresponda ao indivíduo. Segundo afirmação, entendemos a importância da observação e análise que as professoras do AEE aplicam em relação ao aluno, como foi citado acima, existe a importância do vínculo socioafetivo do aluno com o profissional para que assim o professor venha conhecer e entender o que ele gosta, essa prática que leva o professor a entender o aluno contribui para uma prática inclusiva e “humana” onde o aluno é colocado no centro do processo como indivíduo participante respeitando as individualidades e particularidades de cada pessoa.

A necessidade da renovação profissional é essencial para uma prática de qualidade, como afirma a professora Beatriz buscando o conhecimento, o profissional compreende novos métodos e faz uma autoavaliação da prática buscando o aprimoramento dos conhecimentos. Nos últimos anos é visto um aumento no público TEA, e com isso é necessário a renovação da prática com esse público único e diverso, assim os profissionais do AEE devem desejar novos saberes e conhecimentos, para que sua prática não se tornar obsoleta e atrasada, pois a cada dia o público TEA vem crescendo e esperando por profissionais capacitados e dispostos a ajudar.

Percebemos que as duas professoras buscam a renovação de suas Práticas e Estratégias, mas que a realidade de entender o aluno e o que ele gosta é essencial para que todo o conhecimento aprendido pela Formação Continuada possa ser aplicado da melhor forma, também percebemos uma resposta mais contundente da professora Beatriz em relação a pergunta norteadora, diferenciando da resposta da professora Rebeca, porém, ambas afirmam a procura da renovação de suas práticas. Segundo Glat; Pletsch; Fontes (2007, P.351),

Tem sido freqüentemente apontado, também, como uma das principais barreiras para a transformação da política de Educação Inclusiva em práticas pedagógicas efetivas a precariedade da formação dos professores e demais agentes educacionais para lidar com alunos com significativos problemas cognitivos, psicomotores, emocionais e/ou sensoriais, na complexidade de uma turma regular. (Bueno, 1999; 2001; Glat e Nogueira, 2002; Glat e Pletsch, 2004; Souza, 2005; Glat e Blanco, 2007,).

Como citado pelos autores, a grande dificuldade dentro da formação continuada é profissionais qualificados para o atendimento especializado esse fato ocorre por alguns agentes, o primeiro é a falta de cursos profissionalizantes gratuitos disponibilizados pelos Estados e Municípios levando aos profissionais, como citados anteriormente, retirar da sua renda para subsidiar a própria prática como para uma formação de qualidade, essa realidade impossibilita os profissionais da educação a estarem habilitados para a SRM pois compreendemos a realidade salarial da classe dos professores, como também as dificuldades econômicas da nossa sociedade.

Também não poderíamos deixar de citar o preconceito que existe até mesmo dentro da classe de professores sobre a educação inclusiva e o professor do AEE, o que ocasiona aos profissionais do AEE não receberem um justo salário pelo esforço e dedicação, também no imaginário de muitos pais o AEE não tem funcionalidade e que somente é usado de maneira recreativa sem objetivos traçados, ou seja, tanto o aluno com TEA como o professor são muitas vezes descredibilizados, podemos também afirmar a falta de conhecimento sobre o serviço prestado pelo AEE por muitos pais, até mesmo professores e sociedade em geral o que prejudica ainda mais a realidade da educação inclusiva. Ainda segundo Greguol; Gobbi; Carraro (2013):

O professor especializado, compreendido como aquele que presta o Atendimento Educacional Especializado aos alunos com necessidades especiais nas salas de recursos ou estabelecimentos especiais de ensino, deve possuir formação que o habilite a atuar na educação especial. Também neste caso não é totalmente clara qual será esta formação comprovada, que pode variar desde uma graduação específica até cursos de aperfeiçoamento ou especialização na área [...]. (Greguol; Gobbi; Carraro, 2013, p. 314).

Podemos analisar por meio dos dados recolhidos, que as duas professoras aqui referidas estão aptas a atuarem no AEE, pois além da formação básica da licenciatura, buscam através da formação continuada a especialização de suas práticas e com isso a renovação e atualização dos métodos trabalhados na sala do AEE. Uma das professoras afirma que busca através de cursos online a atualização de sua prática e sua especialização e renovação. Também foi observado que as duas professoras não acumulam esforços para estarem se renovando, pois sabemos que o profissional atuante na sala do AEE tem a obrigação em estar sempre atualizado das novas práticas e métodos com esse público, além de buscar estar antenado com as novas pesquisas no campo da inclusão para sempre atender da melhor forma esse público,

para que os objetivos traçados através do plano individual venham ser alcançados e nenhum efeito contrário aos objetivos venham permanecer, atrapalhando assim, a vida da pessoa com TEA.

Ao questionar sobre qual formação é necessária para exercer a função de professor do AEE, é compreendido a formação necessária que vai além da graduação na licenciatura, pois sabemos que até mesmo somente a formação universitária não capacita um professor para a sala de recursos, isso ocorre pelo grave sucateamento dos currículos das universidades onde a produtividade e capital é visionado e a inclusão é posto de lado, essa realidade dos currículos das universidades onde não é ofertado disciplinas obrigatórias para a educação inclusiva é mais um perpetuador do preconceito e das barreiras para esse público na sociedade.

Para Greguol; Gobbi; Carraro (2013):

[...] cabe ressaltar que a formação dos futuros professores, e não apenas daqueles já atuantes, também deve ser discutida. Voltando-se especificamente à educação especial, observa-se a necessidade que sejam estabelecidas diretrizes claras nos cursos de pedagogia e licenciaturas sobre os conteúdos mínimos a serem oferecidos, de modo que sejam formados professores com habilidades para lidar com a inclusão da diversidade na sala de aula. Além da inserção de disciplinas que abordem as questões da educação especial, uma alternativa interessante para enfatizar o vínculo com a atividade prática seria que algumas disciplinas dos cursos, que tradicionalmente tratam apenas dos alunos ditos “normais”, também incluíssem no seu corpo de conteúdos aspectos relacionados aos alunos com necessidades educacionais especiais. (Greguol; Gobbi; Carraro, 2013, p, 313).

Após esse breve relato sobre a falta de formação desde a universidade podemos afirmar que além da formação de licenciatura plena também deve haver a formação continuada ou especialização, além do curso específico para a sala do AEE que é novo dentro do cenário educacional, mas que podemos considerar um avanço para a educação inclusiva, sabemos que a busca por um profissional qualificado é essencial para a educação especial, mas podemos através do olhar crítico analisar que a cada dia profissionais da educação e novos pedagogos estão saindo das salas de aula sem nenhuma formação ou conhecimento aprofundado sobre o tema educação inclusiva, é escasso as disciplinas nas grades curriculares das universidades sobre a educação inclusiva o que dificulta muito a ampliação desse serviço e dessa perspectiva, é necessário não somente leis e diretrizes ou políticas inclusivas, mas um movimentar perceptível dessas políticas principalmente nas

universidades, é de comum afirmação das duas professoras a suas necessidades de formação continuada e o desejo que as obriga a custear uma formação de qualidade para estarem aptas para a educação inclusiva, com isso, foi respondido de acordo com os dados analisados:

Beatriz: Tem que ter a formação na área de educação especial. Todos para atuar, né? Segundo os fundamentos do AEE, tem que ter formação, né? Em qualquer área, educação especial. Aí a partir daí ele pode ingressar no AEE. Aí depois ele continua os estudos dele dentro da área da educação especial. Não é só ter uma graduação, tem que ter a graduação, mas uma “pós” em qualquer área da educação especial, ou uma graduação em educação inclusiva ou a graduação em AEE que já é específica. Que antes não tinha, agora já tem graduação em AEE.

Rebeca: Ele tem que ter a licenciatura e ele também tem que ter um curso na área da educação especial, pode ser especialização em educação especial, pode ser especialização em libras tem alguns que tem né, tem que ter alguém com um curso com especialização na área da educação especial pode ser especialista em salas de recursos multifuncionais, pode ser psicopedagogia, tem muitos psicopedagogos, enfim aí quando a gente já entra, a gente já vai procurando estudar outras coisas.

Para atuar na sala de recursos multifuncional é preciso ter formação na área da educação especial ou especialização na área. Como afirmado, atualmente foi disponibilizado a formação específica na sala do AEE, o que contribui e ajuda para o avanço na área da educação especial, podemos observar que para atuar na educação especial o profissional tem que estar capacitado e habilitado para desenvolver práticas que venham ajudar no desenvolvimento do aluno. Para atuar com o público TEA, a formação continuada é essencial pois é um público muito específico onde juntamente com o transtorno diversas comorbidades são manifestadas e coligadas sendo necessário com que o profissional do AEE tenha amplos conhecimentos e habilidades. As professoras afirmam sentirem-se desafiadas quanto ao alcance das aprendizagens esperadas pelo aluno com TEA:

Beatriz: Com certeza, acho que todo mundo. Acho que todos, até os doutores da vida, se sente desafiado que cada um é muito diferente. Uma realidade diferente.

Rebeca: Muito desafiada, porque assim não é fácil. Então tem uns que são muito resistentes né, bastante resistente, por exemplo a gente tinha um aluno autista, com dislexia, problema no processamento auditivo, problema na visão, TDAH e aí pronto e só falava inglês, detalhe só falava inglês não estudou durante a pandemia só tinha interesse por inglês [...], Eu tive que alfabetizar esse menino já com 8 anos [...].

Segundo as respostas acima, podemos analisar os desafios no qual as professoras do AEE enfrentam no dia a dia principalmente com especificidades complexas como o TEA e suas comorbidades, a professora Beatriz afirma que todos os profissionais até os mais experientes quando se deparam com a sala de recursos se sentem desafiados pelas diferentes manifestações que estão juntas com o TEA. A professora Rebeca afirma que o sentimento é muito desafiador, em seu relato podemos observar o tamanho da responsabilidade e desafio que os professores do AEE enfrentam no dia a dia. Sabemos que alfabetizar crianças sem necessidades especiais é desafiador quanto mais é desafiador alfabetizar crianças com TEA. Ela também continua dizendo da importância do vínculo com a criança para desenvolver a confiança que é primordial para conseguir uma prática inclusiva e que tenha os resultados esperados. Como afirma, Magalhães (2003), p.41;

Na inclusão, a ideia subjacente é que o aluno não se amolda à escola, ou seja, o problema não estaria centrado na pessoa que tem necessidades específicas, mas nas interações que estabelece com as condições de ensino-aprendizagem que a escola possibilita (Magalhães, 2003, p.41). (apud Roberto; Antero, 2016, p.3).

Ou seja, uma escola inclusiva pode ser percebida quando esta tem uma prática onde o profissional esteja habituado, preparado e em prontidão para se renovar e ser desafiado. O trabalho com o público TEA é desafiador como assim afirmado pelas professoras, como citado é possível mesmo em meio aos desafios da inclusão desenvolver atividades que venham permitir que essas pessoas venham ser capazes de se desenvolver e tornarem-se independentes, tudo através de profissionais que buscam se qualificar e que não se acomodam em sua luta pela inclusão por meio da formação continuada.

Ao questionar se existe por parte dos órgãos municipais formação para os profissionais das salas de AEE, as professoras nos informaram a realidade da

educação inclusiva onde o Estado e os municípios nada faz para a completa efetivação das salas do AEE e nada pela formação continuada dos profissionais da sala, como referido a escassez de cursos de formação para essa área torna o campo da educação inclusiva com a falta no quadro de profissionais qualificados, tornando profissionais sem qualificação professores nas salas de recursos, como uma maneira de “tapar um buraco” na educação inclusiva pois perante a legislação todas as escolas devem compor no quadro profissionais qualificados, ambiente inclusivo, materiais e um currículo que abranja as necessidades de cada aluno. Através do relato das professoras é só reafirmado o exposto neste parágrafo, assim afirmam:

Rebeca: Não, não há. **Entrevistador:** (“Não tem nenhuma?”). Não tem. Se a gente tiver se qualificando, a gente vai em busca por conta própria. Aí você investe em você mesmo. Mas não tem.

Beatriz: De vez em quando a gente tem, assim às vezes fica a desejar essa parte da formação para o professor do AEE, em compensação eles pegam os professores do AEE para fazer muitas vezes cursos e palestras principalmente para os auxiliares. Geralmente eles fazem isso, mas assim eu sinto às vezes a necessidade de ter experiências diferentes para a gente conhecer, trazer outras pessoas para conversar com a gente sobre isso, tirar nossas dúvidas e nossos anseios, eu sinto falta disso.

Como afirmado o poder municipal não tem contribuído completamente com a formação continuada dos profissionais da sala do AEE, o que leva muitas vezes os profissionais buscarem por conta própria a renovação dos saberes, essa deficiência do poder público em relação a educação especial acaba trazendo retrocessos para essa área que já enfrenta tantas barreiras. De acordo com Baraúna e Santos (2010, p.274- 275):

Uma parcela significativa dos professores que desenvolvem um trabalho dentro da proposta inclusiva não possui formação inicial adequada capaz de oferecer um aporte teórico e prático para a realização de seu trabalho[...] A reflexão deve estar constantemente presente para que a prática não se torne estática ou inapropriada para uma sociedade em constante transformação.

Sabemos que o tema sobre inclusão vem sendo debatido desde início do século e até mesmo declarações como de Salamanca, LDB, PNL entre outras políticas foram criadas e parcialmente implementadas, é verdade quando analisamos a realidade educacional e percebemos que uma pequena mudança ocorreu no cenário nacional em relação a educação inclusiva. Mas temos que salientar, um problema real que vem ocorrendo por diversos fatores, como a não eficácia dos direitos e das leis em algumas regiões do nosso país, em comparação com as demais regiões como exemplo, na região nordeste, onde as políticas públicas para essas pessoas com necessidades em específico o TEA não se vê aplicada nas escolas de rede pública, a falta do AEE por conta da precariedade da formação dos professores eleva mais as dificuldades já encontradas pelos profissionais dessa área.

As informações observadas anteriormente, é somente para chegarmos à conclusão que o poder público nada tem feito com eficácia para esse público que necessita, e ainda menos para os profissionais dessa área, como afirmado pelas professoras da rede pública citadas nesse trabalho, existe por meio do município a escassez de formação continuada para que as práticas desses profissionais venham ser renovadas. Segundo Magalhães e Cardoso,

Não existe um modelo ideal de professor para a construção da inclusão, existe o professor possível como sujeito histórico de seu tempo, vivendo seus próprios conflitos pessoais e profissionais, diante das novas demandas da sua profissão (Magalhães e Cardoso, 2008, p.17). (apud Roberto; Antero, 2016, p.6).

Durante a entrevista, as duas professoras afirmam, retirar do salário para que venham fazer cursos que satisfaçam os desejos em se qualificar como profissionais, isso é demasiadamente triste, pois mostra o descaso da nossa rede municipal de ensino com esses profissionais. Como afirma o autor, não existe um professor ideal, mas existe o professor que faz acontecer a inclusão seja por meio da sua prática, recursos didáticos e estratégias didáticas. Como citado, normalmente as professoras são convidadas a palestras e cursos para a formação dos auxiliares das salas de ensino regular, realmente é essencial o compartilhamento de conhecimentos e informação principalmente porque os auxiliares serão futuros professores que através dos estágios na escola pública podem ter contato com esse público sendo obrigatório os cursos de formação dados pelo município, porém para os profissionais efetivos do

AEE existe essa carência em formação continuada por meio da rede pública de ensino. Esses relatos só afirmam, que a inclusão e a importância dada aos profissionais que trabalham e lutam por uma educação inclusiva vem sendo negligenciado de forma real e com evidências pelo poder público.

3.3 O professor da sala de AEE e suas estratégias didáticas

Sobre quais as estratégias didáticas que as professoras desenvolvem com alunos com TEA, entendemos a importância de estratégias didáticas inovadoras e que façam a diferença na prática do professor da sala do AEE. As estratégias didáticas que um professor utiliza são com o objetivo de promover o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos. Essas atividades podem ser elaboradas na SRM ou em outros locais do ambiente escolar visando alcançar as potencialidades e objetivos traçados para cada aluno dentro do plano individual, essas estratégias são manifestas em momentos de desafios e dificuldades ou no dia a dia durante o AEE. No momento da intervenção pedagógica, podemos analisar variadas estratégias didáticas aplicadas no AEE, como exemplo, Identificar o que o aluno gosta, Identificar as diferentes metodologias que corresponda com as necessidades do aluno, adaptação de conteúdos e flexibilização do ensino e da avaliação, utilizar recursos didáticos interativos e lúdicos que venham motivar os alunos, a orientação aos pais e a comunidade escolar, o próprio atendimento individualizado e reavaliar a prática e os objetivos quando necessário como afirma as professoras:

Beatriz: As estratégias são muito diversificadas, porque a gente não pode ficar só na mesmice. Dependendo do ponto de interesse dele, a gente faz a mesma atividade, mas com várias estratégias diferentes. Questão tátil, a parte sensorial do tátil. A questão da visão, né? A questão do movimento. E também é muito relativo com eles, porque tem que estar sempre em cima do foco deles. Quando a gente começa a modificar que foge do hiperfoco dele, ele perde o interesse. Então a gente procura está fazendo as estratégias sempre no ponto de interesse da criança.

Rebeca: [...]Então, se é na parte do social, aí eu já vou fazer algum dinâmica ou brincadeira que é mais relacionado, vou tentar incluir eles nas atividades em que eles têm dificuldade de

ficar e de fazer, como ficar no pátio, às vezes eu procuro até fazer atividades no pátio que eu posso envolver pra ver se eles conseguem, no início claro que a gente não vai obrigar mas a gente tá ali todo o tempo tentando, não é fácil, a gente vem todo tempo tentando, e quando a gente percebe, ele já tá fazendo parte [...].

O principal objetivo das estratégias didáticas é buscar o desenvolvimento e evolução dos alunos com TEA, onde suas dificuldades e potencialidades serão trabalhadas de formas inovadoras e confortáveis para o aluno. A busca pela inclusão é o fator motriz dessas estratégias didáticas desenvolvidas e replicadas pelos professores. Como afirma Santos e Capelinne (2013), “Contudo, a criança pode se desenvolver por meio de convivência com outras crianças da mesma faixa etária, e a escola é o melhor lugar para que isso aconteça”. (apud Lóss, Ferreira, Germano, Costa, Lóss, Istoe, 2023, p. 6).

Como afirmado por Santos e Capelinne, (2013), entendemos que a participação do aluno com TEA dentro do ambiente escolar dentro da SRM e sala regular possibilita o desenvolvimento e transformação desse aluno, disponibilizando a oportunidade do aluno com TEA aprender a habilidade de interação social, comunicação entre outros benefícios. Assim, afirma-se a importância da SRM para o aluno com TEA, onde será trabalhado habilidades essenciais para a evolução desse aluno e sua independência. Por intermédio do PAI- Plano de Atendimento Individualizado que é considerado uma das melhores estratégias didáticas e através dele os profissionais elaboram uma entrevista com os familiares contendo perguntas sobre “o que leva o aluno a ter crises”, “suas potencialidades”, “suas dificuldades” e seus “gostos” iniciando a prática com menos dificuldade, essas informações possibilitam a criação dos objetivos que serão alcançados e traçados pelas professoras, sendo necessário um *feedback* sempre que preciso para que o professor avaliar a evolução desse aluno e da sua prática.

A esse respeito Mitler (2003, p.34) expressa,

A inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagógica e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição educacional ou deficiência (Mitler, 2003, p. 34).

Como afirma o autor, é primordial a transformação do sistema escolar para que a verdadeira inclusão seja manifesta, não somente através das estratégias didática do professor pois nessa situação estaríamos impondo uma responsabilidade que não cabe somente ao profissional, mas a todos como sociedade, governo, município, comunidade escolar, família e gestão, dentro desses aspectos essenciais para a inclusão, existe as estratégias didática referenciada no parágrafo anterior, com isso, também citamos a adaptação curricular para diminuir as barreiras encontradas por esse público dentro do ambiente escolar. Essas percepções vão na mesma direção apontada por Mantoan (2003b, p. 16), ou seja, que

[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Nessa perspectiva de inovação na estratégia didática surgiu as Tecnologias Assistivas, onde jogos online podem ser trabalhados sendo aplicados de acordo com o objetivo traçado, também o uso de Tablet para a comunicação com Softwares com reconhecimento de voz com os alunos com TEA não verbais é uma grande estratégia sendo a cada dia mais normalizados o uso da tecnologia com esse público. A estratégia da orientação familiar e da comunidade escolar também é essencial para desfazer os preconceitos que ainda cercam o transtorno autista, também por meio do debate público dentro e fora dos ambientes em que esse aluno convive o trabalho desenvolvido pelo professor do AEE terá mais êxito, pois todos estarão atentos a como se comunicar, acolher nos momentos de crises e saber as ações que geram gatilhos, ou seja informações básicas do transtorno, com isso, sociedade, família e escolar estarão unidos com o professor do AEE para a evolução desse aluno, sabendo que a maior de todas as estratégias é sempre está atento sobre o que o aluno gosta, ou seja, conhecer o aluno.

Ainda na mesma perspectiva, iremos entender que tipo de atividades as professoras realizam na sala de AEE em conjunto os demais alunos da escola, quando abordamos o assunto estratégias didáticas entendermos a importância da gestão inclusiva e da participação de toda comunidade escolar na educação inclusiva, podemos afirmar que ações inclusivas ocorrem quando o aluno do AEE tem total participação nas atividades escolares, e assim o conhecimento e a curiosidade sobre

o TEA podem ser usados como ponto inicial para a inclusão desses alunos dentro da comunidade escolar. Também podemos afirmar como uma das melhores estratégias a participação no ambiente escolar do aluno com TEA por meio de palestras, teatros, feiras científicas entre outros, para assim, tema TEA possa ser abordado e que os alunos e professores venham saber lidar com o transtorno da melhor forma possível, com isso, afirma as professoras:

Beatriz: O projeto, eu acho que é só por meio do projeto mesmo.

Rebeca: Aqui a gente já fez apresentação de teatro, contação de histórias a gente já fez e apresentações musicais, a gente já fez palestras com as crianças sobre variados temas, mas todos são voltados para a inclusão, então aqui a gente está sempre trabalhando em conjunto, tá aí o diferencial dessa escola que a gente trabalha realmente em conjunto a gente sempre faz todos os planejamentos em conjunto.

Como relatado, existe uma importância da escola no desenvolvimento e na aplicação das atividades por parte dos professores do AEE, a disponibilização dos ambientes para ser desenvolvido atividades com os alunos com TEA e apresentação e desenvolvimento de projetos que venham tirar dúvidas da comunidade escolar além de utilizar esse momento para falar sobre o preconceito que está em torno do transtorno e derruba as barreiras ainda persistentes que acabam prejudicando todo o trabalho dos professores do AEE como também se torna uma das melhores estratégias didáticas.

Compreendemos que o desenvolvimento de projetos que venham colocar o aluno com TEA no centro do debate é de grande importância, também projetos que acabam inserindo os alunos com TEA no dia a dia da escola é essencial e ajuda na evolução social desses alunos, como exemplo, a professora Rebeca segue dizendo que os alunos estão inseridos em todas as atividades da escola como teatro, musicais, palestras, contação de história e nessa perspectiva a Escola Caminho da Sabedoria tem demonstrado segundo a professora o “diferencial” em incluir o aluno com TEA demonstrando-se uma escola com inclusão. A participação de uma gestão inclusiva é onde não só teremos currículos, atividades e ambientes adaptados, mas uma gestão

inclusiva é onde a família confiará que seu filho (a) serão respeitados e vistos como pessoas capazes de evoluir.

Sabe-se que dentro da legislação é respaldado a escola inclusiva, onde projetos como palestras, conferências, dinâmicas entre outros eventos adaptados podem ser de grande ajuda para a inclusão e envolvimento dos alunos com TEA dentro do ambiente escolar. Para que isso ocorra deverá ter uma gestão e equipe de servidores em prontidão para ajudar o professor do AEE nessa perspectiva, pois quando um grupo de profissionais estão unidos na mesma visão as barreiras são desfeitas com mais facilidade e o trabalho do profissional da sala de recursos se torna mais “fácil” pois ele entende que tem uma equipe junto com ele para que seu trabalho venha demonstrar “frutos”. O objetivo do AEE é eliminar toda e qualquer barreira que impeça a participação do aluno com deficiência a um ensino público regular, dentro do AEE o intuito é trabalhar as dificuldades de cada aluno através da participação do aluno na escola e na sala de recursos de forma integral e inclusiva.

Ainda sobre as estratégias didáticas, queremos entender se os professores da sala regular contribuem no processo de ensino e aprendizagem com a criança com TEA, existe a importância da interação entre os professores do AEE com os professores da sala regular, sendo uma das estratégias didáticas mais importantes, essa relação dos profissionais é essencial para que as invertidas e atividades desenvolvidas no AEE venham ser desenvolvidas por completa, como afirmado pelas duas professoras, existe um vínculo e participação ativa entre a professora da sala regular com a sala do AEE. A adaptação dos conteúdos e metodologias é afirmado pelas professoras e que em ambas as escolares são efetivas para a participação do aluno dentro da sala comum, como afirmado anteriormente uma equipe unida para que a inclusão seja manifesta na escola é essencial e importante para o desenvolvimento do aluno com TEA e para os demais alunos.

Como (Ropoli, E.A; et.al 2010, p.23) destacam:

O professor de AEE acompanha a trajetória acadêmica de seus alunos, no ensino regular, para atuar com autonomia na escola e em outros espaços de sua vida social. Para tanto, é imprescindível uma articulação entre o professor de AEE e os do ensino comum.

O autor afirma, à veracidade da união entre o professor da sala comum juntamente com o professor da sala de recursos para que a inclusão não acontece

somente dentro do AEE, mas se expanda para a sala regular onde o professor da sala pode usar da presença do aluno com TEA para falar mais sobre inclusão e respeito. Acredita-se que a união entre o professor da sala regular e do AEE tem diversos benefícios para ambos os profissionais, principalmente pelo compartilhamento de experiências como afirma as professoras:

Beatriz: Eles contribuem à medida que eles chegam pra gente, e pede ajuda e aí já estão contribuindo, porque vamos dizer, que é como se fosse a complementação do que a gente tenta complementar o ensino deles, regular. A gente tenta ajudar aqui na sala do AEE. Lá que ele tenha esse conhecimento para desenvolver na sala deles. E aí então, quando os professores do regular já começam a se conscientizar que eles precisam de uma adaptação que eles precisam de atividades com o mesmo conteúdo, né?. A grade curricular não muda, só muda que tem adaptação à metodologia. Então eles vêm pedir ajuda, já nos ajuda também, dá pra gente ter esse envolvimento, né.

Rebeca: Eles fazem o PEI que é para ser feito, eles pegam de acordo com os conteúdos curriculares para turma, eles veem o que dá para se trabalhar com as crianças e ver as estratégias e a atividade que eles fazem, a questão também do acolhimento que ela (professora da sala regular) vai ter que fazer, as atividades que são com essas crianças vão ser de acordo com a necessidade delas, e aí elas vão adaptando a atividade “à estou trabalhando o alfabeto com as crianças, mas ele ainda não sabe alfabeto” aí eu vou trabalhar as letras do nome dele, para cada criança é de acordo com o conteúdo que ela vai trabalhar naquele dia ela procura uma atividade que vai ser feita especificamente para ele.

As duas professoras confirmam a existência de um relacionamento entre a sala regular e a SRM em ambas as escolas, essa realidade nos permite analisar a importância que esses professores da sala regular estão colocando na Educação Inclusiva e no aluno, as duas professoras nos revelam a procura das professoras da sala regular para que a inclusão também venha acontecer. Como podemos observar Fullan; Hargreaves, 2001, p.19, ao citar (Lortie, 1975) a cultura do individualismo se faz bem presente entre os docentes e isso os limita, tornando-os inseguros de si e do seu trabalho.

O isolamento profissional dos professores limita o seu acesso a novas ideias e melhores soluções, faz com que o stress seja interiorizado e acumulado, implica o não reconhecimento ou elogio do sucesso e permite a existência e continuação da incompetência, com prejuízo para os alunos, colegas e próprios docentes. O isolamento permite o conservadorismo e a resistência à inovação no ensino. (Fullan; Hargreaves, 2001, p.19).

O relacionamento entre as duas salas e professores é importante para a troca de experiências e conhecimentos, também reuniões entre a gestão e os professores ajuda na expansão do conhecimento sobre a educação especial o que é essencial para uma educação inclusiva. Nessa situação a humildade da classe profissional entre os colegas de trabalho é primordial, pois todos devemos aprender a cada dia uns com os outros principalmente relacionado a educação inclusiva, entender que ninguém é dominador do conhecimento, mas que todos estamos no mesmo “barco” chamado educação, esse pensamento é necessário para que os professores da sala regular e da sala de recursos venham unidos contribuir para a evolução do aluno com TEA. O principal entendimento é que o aluno está no centro do processo de ensino e que a escola e a família estão unidas para ajudar esse aluno. Como afirma a professora:

Rebeca: “É importante pra gente conhecer essas crianças, a gente vai indagando aos pais e com o tempo... eu procuro dar um tempo também para a professora da sala observar essa criança aí eu faço a entrevista com a professora e a gente vai conversando com o que ela já observou e quais são as dificuldades e as potencialidades dessa criança”.

Em sua resposta a professora Rebeca fala em permitir que a professora da sala regular observe e faça as suas considerações sobre o comportamento do aluno, essa ação leva a duas situações a primeira, ao permitir que a professora da sala regular observe o aluno a professora Rebeca torna a professora da sala regular participante do processo de inclusão. No segundo ponto, ao permitir a observação na sala regular pela professora o diagnóstico precoce do TEA pode ocorrer em casos da educação infantil, já no ensino fundamental ajuda a descobrir o diagnóstico que muitas vezes corresponde às dificuldades escolares de determinado aluno. Assim podemos entender a importância da união e comunicação entre os professores da sala regular e do AEE como também da participação efetiva de toda comunidade escolar para que aos poucos a inclusão faça parte da realidade da educação brasileira.

3.4 A concepção do professor da sala de AEE quanto aos recursos didáticos

Para entendermos mais sobre recursos didáticos foi perguntado se a escola possui material didático adaptado para os alunos com o transtorno do espectro autista, uma escola realmente engajada na inclusão tem em seu currículo, PPP e ambiente escolar adaptações para a inclusão de todos os alunos, quando falamos de escola e inclusão é considerável falar sobre as ações citadas acima, mas para o AEE em específico o uso de recursos didáticos adaptados é essencial para uma prática inclusiva e eficaz, sobre esse ponto afirmam as professoras:

Beatriz: Sim, e alguns que são até novos, sim.

Rebeca: Sim, com os alunos que nós atendemos atualmente a gente tem viu, inclusive até nas salas de aula depois que a gente conversou sobre algumas estratégias as professoras procuraram fazer e botar na sala algumas coisas relacionadas a imagem, o quadro de “fazer bem feito” e assim a gente observa que realmente tem um esforço.

As duas professoras afirmam a existência de materiais adaptados para a realização e efetivação dos trabalhos e objetivos com os alunos com TEA, sabemos da grande importância do lúdico e de atividades que venham chamar atenção e levar o aluno com TEA a interagir com o profissional da sala e assim desenvolver a atividade proposta. Com o público TGD como o TEA, existe a importância de um primeiro momento o aluno se familiariza com a sala e em conjunto com o profissional, primeiramente essa tarefa já é bastante difícil pois sabemos a rigidez com que pessoas com TEA reagem a mudanças de rotinas e pessoas desconhecidas. Podemos afirmar que muitas vezes a realidade é outra, onde o aluno não consegue se habituar a SRM, então cabe estratégias didáticas novas juntamente com a professora da sala regular e os auxiliares, como exemplo, uso de recursos didáticos lúdicos que venha chamar atenção desses alunos que normalmente é trabalhado sobre o hiperfoco desse aluno, assim a prática do professor se torna mais efetiva e “fácil”. Para Carvalho (2007, p. 17),

Em tempo de inclusão “devemos considerar como apoio todos os recursos e estratégias que gerem oportunidades de acesso a recursos didáticos, à informação e que propiciem condições de relacionamento interpessoal e de independência de integração [...]. (apud Cargnin, Gonçalves, Stüpp 2015, p.61).

Podemos entender que essa realidade do aluno não se familiarizar com a sala do AEE é considerável como também com a sala de ensino regular, então nessa situação é muito comum entrar novas recursos didáticas, como afirma a professora Rebeca usar de imagens, o hiperfoco do aluno, cards de “fazer e feito” entre outros, para que eles venham entender a mudança na rotina, então o uso de recursos variados como apoio levam ao crescimento interpessoal e social dos alunos por meio da prática inclusiva e de recursos didáticos adaptados.

Como afirmado pelas duas professoras, a comunidade e a gestão escolar têm buscado a renovação dos recursos didáticos de acordo com a legislação, isso corrobora para uma melhor prática e estratégias didáticas através de jogos, cartas, blocos de montar entre outros. O uso de recursos didáticos que trabalham as necessidades dos alunos é de uma importância sem igual, como exemplo o lúdico que é essencial pois os alunos aprendem “brincando”, com isso, é desfeito a perspectiva tradicional que acaba banindo o lúdico da educação, então podemos ver no dia a dia o uso de jogos e atividades coloridas e inovadoras que ajudam no trabalho do profissional do AEE. A sala de recursos para atender as demandas necessita, segundo o Manual de orientação: Programa de implementação de Sala de Recursos Multifuncionais (2010, p.6),

As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social.

Mas a realidade da sala de recursos multifuncional não necessariamente é assim como relatada pelas professoras, pelo contrário no Brasil e até mesmo no município em que esse trabalho foi desenvolvido existem salas do AEE sem o mínimo de cuidado, sem recursos didáticos e materiais adaptados além de não possuir um ambiente especial para a sala ser utilizada, essa realidade educacional acaba prejudicando a busca pela inclusão em que os professores do AEE sonham e lutam todos os dias. Consequentemente levam aos profissionais da sala terem seus

recursos financeiros usados sendo prejudicados pela falta da efetivação completa da inclusão por parte das gestões e do poder público, entendemos que essa situação da realidade educacional no Brasil leva aos profissionais do AEE retirar do salário que recebem para complementar os recursos didáticos planejados para os alunos, é comum saber que os profissionais criam e produzem os próprios materiais didáticos para efetivar por completo os objetivos dentro do plano individual dos alunos.

Nessa perspectiva foi indagado sobre quanto aos materiais disponibilizados na sala, são suficientes ou você reproduz alguns, como referido anteriormente existe a realidade da produção por parte dos professores da SRM e a confecção dos recursos didáticos, isso gera algumas situações como, o sobrecarregamento de afazeres para o professor, o gasto do seu próprio salário com os recursos didáticos e conseqüentemente a desvalorização da área pelos novos pedagogos, muitos influenciados por essa realidade, decidem não optar pela educação inclusiva no AEE, essa situação afeta não só a educação inclusiva mas os alunos que precisam de profissionais na área e de recursos didáticos adaptados, por meio dos dados recolhidos as professoras afirmam:

Beatriz: Não, não são suficientes. A gente vive instante. É na construção, né? Instante construindo materiais, até porque é de acordo com a realidade de cada um. O que é não verbal aí vamos produzir todo o material para trabalhar com essa criança não verbal, né? A prancha de comunicação, objetos, né? Materiais concretos. Tudo é confeccionado aí tem que refazer ou fazer mesmo. **Entrevistador:** (“E esses materiais o EVA que você usa, tira do seu bolso?”). Tudo, é. **Entrevistador:** (“Achei que vinha de algum fundo educacional”). Não, não vem. Esse ano nós tivemos uma grande ajuda. Assim, da parte da gestão da escola, ela nos forneceu bastante material. É a questão de EVA essas planilhas assim aqui, né?

Rebeca: Vai depender do que eu vou trabalhar com eles, se o que eu for trabalhar com eles, não tem nada que relacionar de material pronto, aí eu vou confeccionar, certo? vai depender do meu plano para aquele atendimento.

Através das informações citadas pelas duas professoras e pelo que foi observado durante a coleta dos dados, somente a Escola Jardim do Ensino a professora Beatriz demonstrou está bem equipada de materiais comprados através

do programa PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola, como exemplo, cadeira de rodas, mesas, banheiro adaptado, cadeiras adaptadas, computadores, recursos didáticos adaptados, Ar condicionado tudo referido a equipar e renovar a sala do AEE. Já na SRM da Escola Caminho da Sabedoria da professora Rebeca, por meio do que foi observado na coleta de dados, a sala não corresponde com o necessário para uma prática de qualidade, foi percebido um ventilador, janela, não foi visto banheiro, e poucos materiais, uma casinha de livros e alguns jogos.

Segundo o observado durante a coleta dos dados, foi visto que uma das SRM não está bem preparada para atender os alunos com TEA em relação a recursos de materiais “prontos” como exemplo, jogos da memória, blocos de montar, jogos de coordenação motora, plaquinhas sobre os sentimentos, material dourado entre outros e falta de uma sala confortável essa realidade das SRM ocorre por alguns fatores como, pela demora na chegada desses materiais e recursos, no desgaste com o tempo dos móveis que compõem a sala ou durante o atendimento individualizado onde pode ocorrer a quebra desses materiais pelos alunos, também existe uma necessidade de materiais que venham trabalhar de forma bem específica as potencialidades e dificuldade, geralmente os materiais enviados pelo programa PDDE não abrange, pois na perspectiva do governo em atender todas as Escolas Municipais do país nos mostra que os materiais enviados às SRM são de cunho mais gerais, para trabalhar de forma global a deficiência, e não específico, por isso é visto também muitas professoras adaptando os materiais “prontos” para se moldarem aos objetivos traçados para os alunos. Essa realidade acaba prejudicando a prática das professoras do AEE, levando a outras estratégias didáticas, como a produção de recursos custeados pelo próprio salário, durante a entrevista as duas professoras afirmam que essa realidade é verdadeira como afirma a professora Beatriz que a todo instante está construindo materiais, até porque é de acordo com a realidade de cada aluno.

A afirmação nos leva a refletir sobre o olhar colocado nos recursos didáticos, e a categoria de “sem importância” que estão sendo colocados, e esse pensamento não é verdadeiro, os recursos didáticos são um dos pontos “motriz” para a prática inclusiva acontecer dentro da sala de recursos. É obrigação do Governo e Municípios por meio do PDDE a compra integral dos Recursos Didáticos para as salas de recursos, retirando a responsabilidade dos ombros dos professores.

Essa afirmação mostra, a verdadeira realidade da educação inclusiva e da busca dos profissionais para que o aluno alcance suas potencialidades por meio de atividades específicas para a sua necessidade, o que leva as professoras submeterem a atitudes e responsabilidades que perante a legislação é dever dos Estados e Municípios como, o custeio das SRM, sem a obrigação do professor se colocar nessa situação. Sabemos que essa realidade não é somente na educação inclusiva, mas na educação brasileira por completo. Lima (2021, p.70), também chama a atenção para a questão da defasagem de recursos e materiais didáticos, os quais não atendem adequadamente às necessidades dos alunos com deficiência.

A insuficiência relatada pela professora Beatriz em relação aos recursos didáticos deve ser assunto em debates pelos profissionais da educação inclusiva, entende-se que uma prática de qualidade necessita de diversas variantes para ocorrer de forma completa e com resultados, podemos citar a importância dos recursos didáticos adaptados como essenciais para a prática e principalmente com o aluno TEA e suas comorbidades. Relatado anteriormente, existe um aumento do Transtorno TEA nas escolas, e trabalhar com esse público exige do profissional formação competente, estratégias inovadoras e recursos didáticos adaptados para que durante as atividades o aluno participe e se familiarize com o recurso didático de uma forma simples e pôr completo. Como afirma Marques 2016, p.4,

Entendendo a inclusão como o princípio alicerçado no dado atual da diversidade, que contempla necessariamente todas as formas possíveis da existência humana, considera-se que ser negro ou branco, ser alto ou baixo, ser deficiente ou não-deficiente, ser homem ou mulher, ser rico ou pobre são apenas algumas das inúmeras probabilidades de ser humano. (Marques, 2016, p.4).

Com isso, entendemos a importância da luta pelos alunos com NEE- Necessidade Educacionais Especiais em específico TEA, olhando ainda mais profundo, a toda a diversidade em geral para que todas as formas de preconceitos vigentes e disseminados na sociedade venham ser desfeitos, isso ocorre através da prática reflexiva, no nosso ofício como educadores e profissionais da educação, é por meio da discussão pública sobre as variadas formas de inclusão da pessoa com Necessidades Educativas Especiais na escola que levantaremos a bandeira do AEE, um serviço muitas vezes esquecido e um profissional que não é parabenizado pelos seus grandes feitos. Como afirma Marques e Marques (2003, p.44).

Ser diferente não significa mais ser o oposto do normal, mas apenas "ser diferente". Este é, com certeza, o dado inovador: o múltiplo como necessário, ou ainda, como o único universal possível (Marques e Marques, 2003).

Então entendemos como afirma o autor, ser diferente não pode ser o contrário do “normal” ser “diferente” é somente ser “humano” com suas singularidades e formas, sem precisar definir como “normal” e “diferente”, assim a professora Rebeca nos mostra que dentro do AEE os alunos com TEA são vistos como “pessoas” seres como qualquer ser humano que manifesta suas potencialidades e dificuldades mas que não é “diferente” do “normal” são pessoas com algumas barreiras ou limitações mas que a situação que esses alunos se encontram não os define, ou seja, o transtorno não os define, e essa maneira de ver os alunos com NEE faz com que a prática, os recursos e as estratégias venham colaborar com a evolução desse aluno, como afirmado pela professora Beatriz em um recorte das perguntas, disse que o aluno não verbal saiu da sala de recursos se comunicando, ele conseguiu ultrapassar as barreiras e não permitiu que ela o definisse.

Ainda sobre os recursos e materiais foi indagado se a escola poderia comprar materiais para a sala de Recursos Multifuncional (SRM) com orçamento próprio, essa pergunta surgiu pela curiosidade em entender a falta de recursos didáticos dentro das salas ou podemos denominar de uma escassez “controlada” de recursos, entendendo o motivo dessa falta que tem prejudicado a prática do professor. Cabe nessa situação uma gestão que se posiciona em relação à inclusão, sendo necessário para haver uma educação inclusiva que permaneça e cresça gerando oportunidades de desenvolvimento para os inúmeros alunos com TEA na educação pública, como afirma as professoras:

Beatriz: Pode.

Rebeca: A diretora o que ela compra sempre ela divide com a sala mesmo que seja em pequena quantidade né, e aí ela vai me dando materiais, tintas, materiais que a gente usa e papéis diversos assim essas coisas que a gente usa no dia a dia ela me entrega.

Como afirma Tinti, (2016),

Na seara da educação inclusiva, a ausência do engajamento da gestão escolar acaba fazendo com que os demais profissionais de educação não

levem a sério o compromisso de trabalhar em prol da inclusão das pessoas com deficiência (Tinti, 2016). (apud Ferreira, 2024, p. 6).

O manifestar dessa gestão inclusiva é vista no currículo, no PPP adaptado, nos ambientes e nos recursos didáticos. Sabemos a obrigação da escola para com a criança com necessidades especiais, existe uma busca pelas famílias por uma escola completamente inclusiva onde os pais almejam que seus filhos venham ser bem recebidos e acolhidos sem preconceitos ou barreiras, mas para isso ocorre, existe a efetivação das Políticas Públicas como o PDDE para equipar as SRM para a inclusão dos alunos com TEA. As duas professoras afirmam que as duas escolas e salas aqui abordadas são parcialmente atendidas pela gestão, onde as necessidades da sala como recursos didáticos tintas, plásticos (para plastificar) e EVA são um dos materiais afirmados que a gestão disponibiliza, ajudando e melhorando o atendimento no AEE.

Entendemos que a participação da gestão dentro do processo de inclusão do aluno com TEA, é primordial para a permanência desse aluno. Existe a falta da permanência na escola desse público, e um dos fatores mais relevantes é o não cumprimento dos direitos de forma integral do aluno com TEA, como exemplo, materiais adaptados, auxiliar de apoio e o combate ao preconceito juntamente com *bullying* na Escola. Uma escola e gestão inclusiva, deve estar engajada por completo no assunto inclusão. Dentro das escolas abordadas, pode-se afirmar por meio da observação durante a coleta de dados a falta dessa gestão em ambas as escolas, seja pela não manutenção das SRM na Escola Caminho da Sabedoria da professora Rebeca de forma completa como também pelo ambiente hostil que a Escola Jardim do Ensino da professora Beatriz que acaba demonstrando relacionado ao aluno com TEA, pela presente gestão escolar.

O mínimo oferecido pelo poder Municipal para as SRM, não é de qualidade para uma prática que venha transformar a realidade da educação inclusiva na cidade de Parnaíba. Conclui-se, que durante a coleta e análise dos dados e por meio da interpretação, observamos que existe uma lacuna do desejável e do existente, também podemos compreender a diferença da realidade de ambas as professoras em certos aspectos mas a similaridades em outros pontos, mas o que nos intrigou foi que ambas as escolas no quesito inclusão ainda estão distantes do essencial que deve ser para atender ao público TEA, mas também não se pode negar a prática das

professoras que mesmo com a existência de dificuldades e falta de apoio dos órgãos governamentais e da gestão ainda se mostram práticas inovadoras e eficazes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo analisar a prática do professor da sala do AEE com crianças com Transtorno do Espectro Autista, em duas Escolas Públicas do Município da cidade de Parnaíba-pi. A indagação norteadora foi: "Como contribuir para a Prática Pedagógica do Professor que atua no AEE com crianças do Ensino Fundamental que tenha como diagnóstico o TEA?", o questionamento veio através de experiências pessoais com alunos com TEA e a curiosidade em entender essa prática. Por meio dos dados coletados, entendemos a relevância do tema estudado nesta pesquisa, que vem como um ponto a ser abordado para a luta de uma educação inclusiva nos moldes afirmados pelos autores citados no referencial teórico como também pelos Decretos, Leis e Declarações presentes nesse trabalho.

Compreendemos que o AEE tem como princípio norteador o caráter complementar à escolarização para o aluno com TEA, com isso, o AEE se manifesta na forma de organizar e contribuir para o desenvolvimento cognitivo do aluno com TEA. Assim o professor da SRM desempenha função importante para a elaboração da prática inclusiva, estratégias e recursos didáticos que venha contribuir para a evolução cognitiva dos alunos, focando nos mecanismos de aprendizagem, nas habilidades sociais, visando a autonomia dentro da sociedade e do ambiente escolar. Nesse estudo, analisamos o Funcionamento da Prática Pedagógica do Professor dentro do AEE, Estratégias didáticos e Recursos didáticos como também, a concepção da Formação continuada do professor e a relevância da formação continuada para uma prática inclusiva tendo a necessidade da renovação dos métodos, recursos, estratégias e conhecimentos para o professor atuar na SRM.

Pode-se perceber, sobre a Prática Pedagógica das professoras no AEE por meio da análise dos dados, a resposta de uma prática inclusiva quando elas falam "que buscam conhecer os (gostos) dos alunos" que vai além do uso de recursos didáticos lúdicos, produzidos e comprados para a prática com aluno com TEA. Nessa prática revelada pelas professoras podemos citar o uso do PAI, onde as professoras

desenvolvem uma prática personalizada para cada aluno relacionando as potencialidades e dificuldades do aluno com TEA aos objetivos, foi entendido através da prática das professoras a necessidade por meio do AEE em desenvolver o conhecimento crítico-reflexivo e emocional do aluno com TEA para que esse indivíduo possa obter suas liberdades individuais como adulto.

Como também compreendemos a importância do uso de atividades e recursos didáticos “simples” como exemplo, “cards” produzidos pela professora Rebeca para desenvolver a atividade “fazer e feito” em que o intuito é trazer a previsão da rotina permitindo ser trabalhado as capacidades emocionais do aluno com TEA, nessa ação observamos o comprometimento da professora para uma prática que através do lúdico conseguiu desenvolver um dos aspectos mais difíceis que é o emocional, principalmente para o TEA, com isso, professores dispostos a desenvolver uma prática como essa nos fala de uma verdadeira intenção da inclusão do aluno com TEA na SRM, na Comunidade Escolar e na Sociedade. Mas, uma prática inclusiva acontece quando existe a possibilidade de formação continuada, onde os conhecimentos dos professores são renovados e compartilhados uns com os outros, tornando essa prática inovadora e lúdica. As professoras confirmam a busca incessante para que a sua prática não venha se tornar obsoleta, com afinho, aplicam a sua renda mensal como investimento nos cursos de formação para as próprias práticas, essa realidade é ocasionada por Governantes que não trabalham pela educação inclusiva, tornando assim, a prática do professor do AEE difícil.

Por meio dos dados coletados, foi entendido que durante a intervenção pedagógica podemos perceber variadas estratégias didáticas aplicadas no AEE pelas professoras, como exemplo, identificar o que o aluno gosta, essa atitude das professoras nos faz entender que as estratégias didáticas devem possibilitar a permanência do aluno no centro do processo de ensino, para que venham ser produzidas e trabalhadas atividades complexas e inovadoras com os alunos com TEA transformando a sua realidade, ambas as professoras afirmam a adaptação dos conteúdos e metodologias como estratégia didática. Percebemos durante a coleta dos dados o empenho das professoras para que o AEE venha ser eficaz para os alunos com TEA, os esforços das professoras são percebidos quando elas afirmam entender o que o aluno gosta ou seja, o aluno se torna o centro do ensino, isso responde os

resultados surpreendentes do AEE para os alunos com TEA, onde os alunos entram na SRM com dificuldade sociais e cognitivas e finalizam o AEE com suas capacidades sociais e cognitivas evoluídas.

Com isso, analisamos o funcionamento do AEE e a prática das professoras Beatriz e Rebeca, compreendemos a luta das professoras dentro da SRM para a efetivação desse serviço para os alunos com TEA, também foi observado a inquietação das professoras pela formação continuada onde existe a reformulação dos conhecimentos e a inovação das práticas e métodos. Portanto, entendemos a importância do AEE para os alunos com TEA, pois através da SRM os alunos conseguem complementar os estudos e assim desenvolver suas potencialidades e dificuldades tendo a oportunidade da evolução cognitiva e social, através dos dados coletados vimos o trabalho das professoras com uso de recursos didáticos lúdicos onde o uso de imagens, histórias, tecnologias entre outros são usados para a prática. Durante a análise podemos entender a realidade da educação inclusiva onde são necessárias as professoras produzirem os recursos didáticos e retirar das suas finanças para a capacitação profissional, isso nos leva a ver a falta do município para a efetivação de qualidade das SRM e do AEE essa face da educação inclusiva nos responde a situação precária da inclusão dos alunos com TEA dentro da escola pública.

Durante análise dos dados, entendemos a importância da SRM para a educação inclusiva e para os alunos com TEA, pois como afirmado neste trabalho, o número de crianças com TEA tem crescido o que nos mostra o quanto é essencial a eficiência dos professores e da SRM para a evolução do aluno com TEA, no âmbito cognitivo, social e da sua autonomia.

Contudo, nos foi permitido analisar que as professoras estão buscando maneiras reais para que a educação e aprendizagem do aluno com TEA em ambas as escolas aconteça de forma eficaz, essa deve ser a nossa luta enquanto pedagogos e futuros profissionais na educação com alunos com TEA. O debate é essencial, falar sobre educação inclusiva nunca é pouco, pois existe um longo caminho a ser percorrido para que a verdadeira inclusão aconteça, as políticas públicas poderão ser eficazes quando a sociedade estiver ciente da importância da inclusão para as

pessoas com NEE, isso ocorre, por meio do debate, palestras e pesquisas científicas para que assim o tema inclusão realmente se torne “público” e consciente.

REFERÊNCIAS

[s.a]. **Quatro médicos que mudaram a visão do mundo sobre autismo.** AUTISMO E REALIDADE, Nov. 2019. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2019/11/27/quatro-medicos-que-mudaram-a-visao-do-mundo-sobre-autismo/>. Acesso em: 20 Nov. 2024.

BLANCO, L.M.V; GLAT, R. **Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva.** [s.l]. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador programa implantação de salas de recursos multifuncionais.** MEC, 2010. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/wp-content/uploads/Ed-inclusiva-72.pdf>. Acesso em: 26 Out. 2024.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** França: Editora 70, 1977. Disponível [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN L. 1977. Analise de conteudo. Lisboa edicoes 70 225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN_L_1977_Analise_de_conteudo_Lisboa_edicoes_70_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf) Acesso em: 12 Nov. 2024.

BARROS NETO, S. G; BRUNONI, D; CYSNEIROS, R. M. **Abordagem psicofarmacológica no transtorno do espectro autista:** uma revisão narrativa. *Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenv.* [online]. 2019, vol.19, n.2, pp.38-60. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/cadernosdisturbios.v19n2p38-60>. Acesso em: 20 Dez. 2024.

BRASIL. ARANHA, M. S. F. (org). **Declaração de Salamanca:** Recomendações para a construção de uma escola inclusiva. Coordenação geral: SEESP/MEC. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie3.pdf>. Acesso em: 04 Fev. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Brasília, MEC. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-3537-22-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 04 Fev. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Brasília, Edições Câmara, 2015. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf>. Acesso em: 04 Fev. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 04 Fev. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 Jul. 2024.

BRASIL. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 2007. **DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009**. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 06 Jul. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB)**. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 06. Jul. 2024.

BRASIL. **Lei Nº3.298, de 20 de Dezembro de 1999**. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília. Brasília, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 12 Nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca, sobre princípios, políticas e práticas na área de necessidades educativas especiais**. Brasília, MEC, [2018?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 04 Fev. 2024.

BRASIL. Ministério Da Mulher, Da Família e dos Direitos Humanos. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 04 Fev. 2024.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 06 Jul. 2024.

CARVALHO-FREITAS, M. N. **A inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2007.

CARGNIN, A. B; GONÇALVES, B; STÜPP, É. F. OS MATERIAIS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: a importância dos materiais didáticos para a aprendizagem. **Revista Maiêutica**, Indaial/SC: UNIASSELVI, v. 3, n. 1, p. 61-68, 2015. Disponível em:

https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/BID_EaD/article/viewFile/1369/518. Acesso em: 07 Out. 2024.

CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/151987013/REMOVENDO-BARREIRAS-PARA-APRENDIZAGEM-EDUCACAO-INCLUSIVA>. Acesso em: 07 Out. 2024.

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- CONEDU-IX, 2023. **Análise das Metodologias e Recursos Pedagógicos Utilizadas no TEA**. UENF: Editora Realize, 2023. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_COMPLETO_E_V185_MD1_ID9446_TB683_14102023194838.pdf. Acesso em: 12 Mar. 2024.

COUTINHO, A. A. *et al.* DO DSM-I AO DSM-5: Efeitos Do Diagnóstico Psiquiátrico “Espectro Autista” Sobre Pais E Crianças. **Movimento Psicanálise, Autismo e Saúde Pública**, São Paulo, 11 abr. 2013. Disponível em: <https://psicanaliseautismoesaudepublica.wordpress.com/2013/04/11/do-dsm-i-ao-dsm-5-efeitos-do-diagnostico-psiquiatrico-espectro-autista-sobre-pais-e-criancas/>>. Acesso em: 15 Mar. 2024.

CUNHA, E. B. S; LIRA, M. R. O Método Teacch® E Suas Técnicas Para O Desenvolvimento Das Habilidades Comunicativas Em Estudantes Autistas. **Curso de Especialização em Educação Especial na perspectiva Inclusiva**, UPE: Mata Norte, 15 jul. 2021. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9477/1/O%20M%C3%89TODO%20TEACCH%C2%AE%EF%B8%8F%20E%20SUAS%20T%C3%89CNICAS%20.pdf>. Acesso em: 15 Mar. 2024.

DICICCO-BLOOM, B.; CRABTREE, B. F. The qualitative research interview. **Medical Education**, v. 40, n. 4, p. 314-321, 2006. Disponível em: <https://asmepublications.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1365-2929.2006.02418.x>. Acesso em: 19 Mar. 2024.

EVOLUÇÃO, Grupo. **TGD na Educação Inclusiva**, [s.d], [s.l], [s.a]. Disponível em: https://grupoevolucão.com.br/livro/TGD/tgd_na_educacao_inclusiva.html. Acesso em: 20 Nov. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 32. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, UFMG, 2002. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 20 Jul. 2024.

FULLAN, M., HARGREAVES, A. **What's worth fighting for?: Working together for your school**. Porto: Porto Editora, 2001. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED342128.pdf>. Acesso em: 26 Out. 2024

FERREIRA, H. Os desafios do atendimento educacional especializado no estado do Amazonas: percepções a partir de um estudo multicasos embasado na literatura nacional. **Revista foco**, [s. L.], V. 17, n. 5, p.01-19, 2024. Disponível em: <https://ojs.Focopublicacoes.Com.Br/foco/article/view/5145>. Acesso em: 30 out. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Ed. 25, São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: [http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire P %20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf](http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire%20P%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf) Acesso em: 07 Out. 2024.

FILHO, T. A. G; MIRANA, T. G. (org). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. UFSCar: EDUFBA, 2012. Disponível em: <http://www.galvaofilho.net/noticias/lancamento.htm>. Acesso em: 19 Mar. 2024.

GARCIA, V. G. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho: histórico e contexto contemporâneo**. 2010. 199 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1614015>. Acesso em: 04 Abr. 2024.

GLAT, R; PLETSCH, M. D; FONTES, R. S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Educação**, [S. l.], v. 32, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/678>. Acesso em: 19 Nov. 2024.

GREGUOL, M; GOBBI, E; CARRARO, A. Formação de professores para a educação especial: uma discussão sobre os modelos brasileiro e italiano. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 3, p. 307–324, jul. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382013000300002>. Acesso em: 19 Out. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GODOY, A. S. INTRODUÇÃO À PESQUISA QUALITATIVA E SUAS POSSIBILIDADES. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 Out. 2024.

GUGEL, M. A. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Ampid.org.br. [s.l.], 25 Mar. 2019. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/v1/wp-content/uploads/2019/03/A-pessoa-com-defici%C3%Aancia-e-sua-rela%C3%A7%C3%A3o-com-a-hist%C3%B3ria-da-humanidade.pdf>. Acesso em: 04 Jan. 2024.

II Congresso Internacional de Educação Inclusiva- II CINTEDI. **RELATO DE EXPERIÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA**

PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.UNESP: Editora Realize, 2016. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD1_SA10_ID113_06102016194258.pdf. Acesso em: 17 Out. 2024.

LIMA, M. S. **O funcionamento do atendimento educacional especializado em escolas públicas do município de Parintins/AM**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8618>. Acesso em: 30 Out. 2024.

LUCK, H. (org). **Gestão escolar e formação de gestores**. 72. ed. rev. Brasília: INEP, 2000. 195 p. v. 17. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/em_aberto_72.pdf. Acesso em: 18 Fev. 2024.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 19 Mar. 2024.

MARQUES, L. P. **Diversidade, formação de professores e prática pedagógica**. UFJF: Portal IDEA, 2016. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/28f18aa202bf987221cdb6e39e56febf.pdf>. Acesso em: 30 Out.2024.

MARQUES, C. A; MARQUES, L. P. **Do universal ao múltiplo: os caminhos da inclusão**. LISITA, Verbena Moreira S. de S. e SOUSA, Luciana Freire E.C.P. (Orgs.) Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 223-239. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/download/3753/2368/22777>. Acesso em: 30 Out. 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003a. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>. Acesso em: 17 Out. 2024.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil. História e Políticas Públicas**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011 Disponível em: <https://www.scribd.com/document/607827405/Educacao-Especial-No-Brasil-Marcos-J-S-Mazzotta-AC>. Acesso em: 05 Jan. 2024.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/755219553/LIVRO-Mittler-P-Educacao-Inclusiva-Contextos-Sociais>. Acesso em: 17 Out. 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. **Lei nº LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 24 out. 2024.

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental:** da Superstição à Ciência. São Paulo: Quieroz; EDUSP, 1984.

ROPOLI, E. A. et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010, 51p. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43213>. Acesso em: 26 Out. 2024.

SANTOS, A. F.; BARAÚNA, S. M. In: NOVAIS, G.S.; CICILLINI, G. A. (Orgs). **Formação docente e práticas pedagógicas:** olhares que se entrelaçam. Araraquara: Junqueira&Marin; Belo Horizonte: FAPEMIG, 2010. Disponível em: <https://g.co/kgs/SJ72Hnd>. Acesso em: 17 Out. 2024.

SÁ, C. **Uma a cada 36 crianças é autista, segundo CDC.** São Paulo: AUTISMO E REALIDADE, 14 abr. 2023. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2023/04/14/uma-a-cada-36-criancas-e-autista-segundo-cdc/>. Acesso em: 13 Mar. 2023.

SANTOS FILHO, José C. **Pesquisa quantitativa versus pesquisa qua-litativa:** o desafio paradigmático. In: SANTOS FILHO, José Camilo; GAMBOA, Silvio Sanchez (Org.). Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 1995. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/637379166/Jose-Camilo-Dos-Pesquisa-Quantitativa-Versus-Pesquisa-Qualitativa-o-Desafio-Paradigmatico-ref>. Acesso em: 21 Mar. 2024.

SEVERINO, A. J. 1941. **Metodologia do trabalho científico.** 1. ed. São Paulo : Cortez, 2013. Disponível em: [https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVRO S/Methodologia do Trabalho Cient%C3%ADfico - 1%C2%AA Edi%C3%A7%C3%A3o - Antonio Joaquim Severino - 2014.pdf](https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVRO%20S/Methodologia%20do%20Trabalho%20Cient%C3%ADfico%20-1%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20-2014.pdf). Acesso em: 21 Dez. 2023.

SILUK, A. C. P. Org. **Atendimento educacional especializado:** contribuições para a prática pedagógica. 1. ed., 1. reimpr. – Santa Maria: ufsm, CE, Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/17680>. Acesso em: 20 Dez. 2024.

TEIXEIRA, S. R. S. A Educação em Vigotski: prática e caminho para a liberdade. **Educação & Realidade**, v. 47, p. 22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236116921vs01>.. Acesso em: 19 Nov. 2024.

APÊNDICE

RELATÓRIO DE PERGUNTAS PARA AS PROFESSORAS DO AEE

Segue a baixo o relatório da pesquisa aplicado na entrevista semiestruturada, os objetos de pesquisa foram duas professoras da rede municipal de ensino da cidade de Parnaíba-pi, onde seus nomes foram resguardados obedecendo ao documento assinado pelas professoras em que protegemos suas identidades como também das Escolas ambiente utilizado para a pesquisa. Com isso foi criado nomes fictícios para as professoras como para as escolas da presente pesquisa, sendo a professora Beatriz (nome fictício) da Escola Jardim do Ensino e a professora Rebeca (nome fictício) da Escola Caminho da Sabedoria. Durante a entrevista foram coletadas as falas das professoras onde durante a apuração e escrita desse trabalho foi diminuído algumas falas para que a resposta fosse objetiva e contundente a questão norteadora, mas foi respeitado a resposta das professoras de forma completa.

Me fale um pouco sobre sua prática.

Beatriz: É trabalhada baseada sempre no estudo, a gente sempre está estudando para estar se atualizando para passar da melhor forma, mediar o conhecimento para eles.

Rebeca: Com os autistas e com os outros também, eu gosto sempre de mostrar a rotina o que a gente vai fazer e essa rotina eu sempre gosto do quadrozinho de “fazer e efeito”, aí eu mostro para eles durante o atendimento o que que a gente vai trabalhar aí eu vou colocando na ordem eu gosto de mostrar tanto a imagem como a parte escrita aviso, a gente vai trabalhar por exemplo o calendário e depois nós vamos para a hora da história, do trabalho de aula se tiver algum vídeo aí vou mostrar para ele toda coisa que eu vou fazer com eles eu procuro utilizar imagens, porque isso vai reforçar, até porque tem uns que não fala né, “um aluno quando iniciou aqui ele não falava nada, ele emitia resmungo e apontava e hoje ele tá falando algumas palavras ainda soltas né, mas ele já tá tentando falar”, pra você ver a importância dele vim pra escola importância do social pra ele, foi essa questão de ir para a escola, que despertou nele e fez ele desenvolver e aí sempre no final eu gosto de colocar a hora do brincar porque eu uso como reforçador.

Rebeca: Tinha até uma mãe de um autista que ela dizia assim, ela pensava que o filho dela nunca ia aprender a ler, ela dizia: “olha eu tento em casa faço isso faço aquilo, eu dizia assim, ele vai conseguir vai dar tudo certo, e aí um dia ele chegou na casa dele lendo aí ela ficou super feliz ela chegou aqui perguntando como foi isso, não entendi... que ele chegou lá em casa lendo”. O que eu tinha observado em relação a esse aluno era que ele gostava muito de jogos de computador, então como ele gosta muito dessa questão dos jogos, nós tínhamos aqui um computador que não está mais funcionando mas no tempo eu tinha os jogos só que os jogos que eu colocava pra ele eram jogos que tinha letras, era jogo tinha números e incentivava a leitura e aí ele foi aprendendo mas eu fazia as outras coisas, como ele gostava muito dos jogos aí eu sempre usava como reforçador eu dizia “olha, quando for no final a gente vai usar o computador”, mas era sempre um jogo relacionado a leitura.

Como é trabalhada os recursos pedagógicos na sala de AEE?

Beatriz: Eles são confeccionados por mim e também são comprados, né? Alguns são comprados e outros são adaptados.

Rebeca: Então quando você fala bem aqui em relação aos recursos pedagógicos, são variados. Então assim, tem algumas crianças principalmente muitas que eu atendo são crianças de 3 e 4 anos da educação infantil então elas precisam muitas vezes de objetos para tentar se auto regular, e aí a gente usa brinquedos pra tentar acalmar, a gente usa aquilo que é de interesse da criança, porque num primeiro momento a gente tenta mais trabalhar essa questão da afetividade mesmo na questão de você tentar formar esse vínculo afetivo com a criança porque depois que a gente começa com esse vínculo afetivo aí é que a gente consegue ir trabalhando as outras áreas, fica mais fácil para trabalhar nas outras áreas, porque a criança ela vai se sentindo mais segura de ficar com a gente principalmente assim na educação infantil que elas chegam e às vezes fica difícil para elas se adaptarem na sala tem a questão do choro e tudo. Então é preciso trabalhar mais essa questão da conquista do formar o vínculo afetivo, aí pra isso a gente vai precisar saber o que que essa criança gosta para tentar se aproximar dela então a gente procura muito essa questão dos brinquedos. Pela minha experiência eu percebo os meninos, eu já percebi que eles gostam muito de carros e dinossauros então, a que tem um dinossauro, eles gostam muito eu percebi isso eles gostam muito de dinossauros e eles gostam muito dos joguinhos de montar esses aqui (mostrou o jogo) é a paixão deles, então eu vou começar por aí eu vou começar pelo brincar.

Fale sobre sua experiência com o aluno com Tea.

Beatriz: Bom a minha experiência já tá com 7 anos. Peguei o primeiro aluno com autismo era suporte 3 ali a partir de então, a gente começou a estudar mais sobre o autismo. Até então 7 anos atrás, não era tão falado como é falado hoje. E o público mais que a gente tem hoje na sala, é autista. Aí, quanto mais a gente estuda mais, descobre que precisa estudar mais.

Rebeca: Eu passei a atuar na sala de recursos a 7 anos, era professora da sala de aula regular e aí eu comecei a receber muitos alunos especiais, na época eu não tinha nenhuma formação na área mas eu fiquei assim, como é que eu posso dizer, naquele

anseio em ter que ajudar essas crianças não posso deixar elas aqui só na sala de aula sem eu ter nenhuma atitude e o que eu posso fazer pra melhorar a aprendizagem dessas crianças, aí na época eu fiz um curso de educação especial inclusiva e assim eu mal terminei o curso e já me convidaram pra ir pra salas de recursos, no primeiro momento eu não fui porque tinha outros compromissos mas aí depois eu fui convidada a vir para a sala de recursos.

Quais os critérios para desenvolver uma atividade com as crianças com diagnóstico TEA?

Beatriz: Que não tem critérios, né? A gente pode até pensar que é critério, mas é o que facilita a gente trabalhar com ele. Primeiro, conhecer o aluno, saber o ponto de interesse dele que ele goste, saber o que ele não gosta pra gente, não provocar uma crise nele, porque se eu não conhecer o aluno, eu não vou tá podendo trabalhar com ele. Então não tem isso de o critério é esse, não existe esse critério. A primeira é conhecer o aluno. Aí depois a gente vai passar para o plano dele. Que é um plano diferenciado, porque muitos deles precisam de alguns habilidades, que não foram desenvolvidas. E aí a gente traça e efetua com eles.

Rebeca: Quais os critérios, então a gente vai como eu te falei observar é qual necessidade maior dessa criança né, se a parte social a gente vai trabalhar mais a social se é a leitura e escrita vai trabalhar mais, não é que a gente não vai trabalhar outras habilidades certo, mas a gente observa o que naquele momento tem mais necessidade. Geralmente quando ele chega aqui né, a gente precisa trabalhar mais o social, trabalhar muito a questão da inteligência emocional também tá entendendo é por exemplo agora esses dias eu procurei muito trabalhar com eles nesses dias a questão das emoções né foi o que eu percebi é que eles precisavam, que eles não conseguem muito comunicar aquilo que eles sentem tá entendendo, e às vezes quando ele não consegue comunicar aí a possibilidade maior deles se estressarem e ter crise.

Rebeca: Então nesse semestre eu procurei muito trabalhar essa questão das emoções com todos eles, a acredito que teve resultado, claro que a gente não pode parar e esse é um trabalho que é contínuo sempre precisa ficar reforçando né, usei

muitas historinhas tentei procurar trabalhar o mais lúdico possível para eles conseguirem entender e identificar as emoções, procurei também fazer jogos e algumas maneiras deles relatarem o que eles estão sentindo, por exemplo “o que você sentiu quando teve raiva?” e aí eles vão relatando, achei muito interessante esse joguinho o “jogo do Ursinho” “como me sinto?” e daqui eles vão formando os rostinhos e aí eu vou explicando o que é ficar triste, “qual o momento que você ficou triste”, “o que a gente pode?” sempre focando assim, que a gente não pode ficar só focando no sentimento de tristeza e que a gente não vai ficar mentalmente bem, e eu vou mostrando pra eles o que a gente pode fazer pra ir melhorando, e assim a gente vai, pois cada um é diferente.

Você se sente desafiada quanto ao alcance das aprendizagens esperadas pelo aluno com TEA?

Beatriz: Com certeza, acho que todo mundo. Acho que todos, até os doutores da vida se sente desafiado que cada um é muito diferente. Uma realidade diferente.

Rebeca: Muito desafiada, porque assim não é fácil então tens que são muito resistentes, por exemplo a gente tinha um aluno autista, com dislexia, problema no processamento auditivo, problema na visão, TDAH e só falava inglês, não estudou durante a pandemia só tinha interesse por inglês e o pai sabe falar inglês e só ensinava as coisas em inglês e ele só queria saber de inglês. Eu tive que alfabetizar esse menino já com 8 anos, aí fui começando a trabalhar as letras com ele o som da letra até quando ele foi se desenvolvendo, mas assim é algo que é possível é possível, agora assim depende muito do professor que às vezes a gente planeja uma coisa mais não dá certo aí você revê aí você vai tentar fazer de outra forma, mas como eu te falei eu gosto muito de usar o jogo e esse menino eu conquistei muito ele afetivamente a mãe dele dizia “olha eu pago uma pessoa para fazer tarefas de casa com ele mas eu não consigo fazer com ele porque nem eu tenho paciência de fazer atividade com ele”, então às vezes ela tinha dificuldade em casa, ela dizia assim “professora eu vim conversar aqui com você pra você tentar falar com ele, porque ele ouve mais você do que eu” ela chegava a dizer isso né a mãe, e aí eu começava também pelas questões de jogos, até quando ele foi indo para a escrita, a escrita dele no começo era muito incompreensível no início ele chorou porque não queria escrever

mas com tempo fomos conseguindo convencer ele a escrever e ele já saiu daqui escrevendo texto. E o pai dele saiu muito agradecido porque ele o colocou na escola particular e a escola não aceitou e passou por três escolas e ele achou que o filho era tratado com preconceito e resolveu trazer para a escola pública, ele disse “professora eu me surpreendi com a escola pública que realmente o trabalho aconteceu e ele saiu daqui alfabetizado”.

A sua prática é reformulada quando o objetivo da atividade não corresponde ao resultado esperado?

Beatriz: Com certeza, porque se não tiver mudando a gente vai persistir no erro. Tem que tá mudando.

Rebeca: Com certeza porque as vezes a gente se programa e quando chega aqui não deu certo, tipo os primeiros dias né você programa vou fazer uma dinâmica fazer esse joguinho aí quando chega aqui o menino destrói as coisas tudo, joga tudo pro alto, que tirar todas as coisas do armário e por mim não colocaria tudo exposto para não ficar muito estímulo certo, mas a gente não tem então a gente tem que trabalhar com o que gente tem né, então o armário que a gente tem é esse então vamos colocar as coisas aqui né, no início é muito difícil pois tem uns que choram né as vezes tem uns que tem crise e ainda tem muita criança que tem ligação com a mãe né aí tem as vezes né.

Qual é a sua formação?

Beatriz: É a minha formação inicial, graduação em normal/superior e história. Aí depois eu fui fazer a pós, né? Especialização em educação especial, com habilitação em libras, aí eu fiz em AEE com psicomotricidade e por último eu fiz neuropsicopedagogia.

Rebeca: Eu sou formada em pedagogia pela federal com especialização em educação especial inclusiva e especialização na sala de recursos funcionais.

O que você compreende sobre formação continuado para atuar no AEE?

Beatriz: Eu entendo que é a formação continuada. É para você, além de estar se atualizando, revendo sua prática né, com os cursos a gente vê e faz autoavaliação da prática, se está condizente com o momento, porque tudo é mudado, transformado e você está se atualizando, se aperfeiçoando aprimorando o que você pensa que sabe? ou acha que sabe. É descobrindo novas. Novos estudos, novas técnicas, novos métodos, novas práticas, novas metodologias. então eu vejo por aí.

Rebeca: As práticas que eu mais, assim eu já fiz assim cursos em relação ao TEA e aí eles falam assim eu já fiz aquele curso ABA né, já conheci alguns métodos mais eu não foco especificamente em um, eu procuro ver o aluno né e aí eu vejo o que é mais importante fazer com eles e eu vou trabalhando, mas eu só não foco em uma coisa eu gosto de estar vendo de acordo com cada aluno e procurando desenvolver com cada um deles né.

Qual formação é necessária para exercer a função de professor do AEE?

Beatriz: Tem que ter a formação na área educação especial. Todos para atuar, né? Segundo os fundamentos do AEE, tem que ter formação, né? Em qualquer área, educação especial. Aí a partir daí ele pode ingressar no AEE. Aí depois ele continua os estudos dele dentro da área da educação especial. Não é só ter uma graduação, tem que ter a graduação, mas uma pós em qualquer área da educação especial, ou uma graduação em educação inclusiva ou educação, ou a graduação em AEE que já é específica. Que antes não tinha, agora já tem graduação em AEE.

Rebeca: Ele tem que ter a licenciatura e ele também tem que ter um curso na área da educação especial, pode ser especialização em educação especial pode ser especialização em libras tem alguns que tem né, tem que ter algum com um curso com especialização na área da educação especial pode ser especialista em salas de recursos multifuncionais, pode ser psicopedagogia tem muitos psicopedagogos enfim aí quando a gente já entra aí a gente já vai procurando estudar outras coisas.

Existe por parte dos órgãos municipais formação para os profissionais das salas de AEE?

Beatriz: Não, não há. **Entrevistador:** (“Não tem nenhuma?”). Não tem. Se a gente tiver se qualificando a gente vai em busca por conta própria. Aí você investe em você mesmo. Mais não tem. **Entrevistador:** (“Que triste viu”).

Rebeca: De vez em quando a gente tem, assim às vezes fica a desejar essa parte da formação para o professor do AEE, em compensação eles pegam os professores do AEE para fazer muitas vezes cursos e palestras principalmente para os auxiliares. Geralmente eles fazem isso, mas assim eu sinto às vezes a necessidade de ter experiências diferentes para a gente conhecer, trazer outras pessoas para conversar com a gente sobre isso tirar nossas dúvidas e nossos anseios, eu sinto falta disso, é claro que a gente quer contribuir com a nossa experiência com os outros que às vezes eles chamam a gente para fazer palestras e cursos essas coisas, mas a gente também queria que tivesse experiências de outros lugares para compartilhar com a gente pra vermos o que pode melhorar.

Na sua opinião quais dificuldades enfrentadas na efetivação desse serviço AEE?

Beatriz: As dificuldades maiores que eu vejo é a implantação das salas de AEE, porque tem toda a parte burocrática. Não é achar, vamos construir uma sala de AEE, não vai por aí, tem toda uma burocracia, né? Por parte do MEC, por parte da própria SEDUC, pra também ir atrás desse profissional. Tem que ser efetivo, tem que estar na rede, tem que ser efetivo, tem que ter a qualificação. Então acho que a maior dificuldade é essa. Porque não é só dizer assim, vamos construir uma sala e chama o professor tal, não. Então tudo isso, né por trás, que muita gente não conhece.

Rebeca: As dificuldades encontradas nesse serviço, por exemplo eu acho que cada escola deveria ter uma sala certo?, porque às vezes são alunos demais que não se consegue dar conta tá entendendo, nesse ano eu dei uma respirada posso dizer assim porque abriram uma sala nova ali na Escola X, então eu aqui na sala tinha mais de

20 alunos eu tinha de 23 a 24 alunos aí botava atendimento em dupla atendimento trio pra poder dar conta está entendendo, aí abriu a salinha lá e deu uma aliviada aqui, porque quando só tinha essa sala então eu tinha que atender de todas as escolas que tinham aqui ao redor. A gente tem que estar acompanhando os alunos daqui e os alunos das outras escolas e aí fica assim um trabalho bem mais difícil de você dar conta de todas essas situações, está acompanhando em outras escolas.

Quais as estratégias didáticas que você desenvolve com alunos com TEA?

Beatriz: As estratégias são muito diversificadas, porque a gente não pode ficar só na mesmice. Dependendo do ponto de interesse dele, a gente faz a mesma atividade, mas com várias estratégias diferentes. Questão tátil, a parte sensorial do tátil. A questão da visão, né? A questão do movimento. E também é muito relativo com eles, porque tem que ser sempre em cima do foco deles. Quando a gente começa a modificar que foge do hiperfoco dele, que ele perde o interesse. Então a gente procura está fazendo as estratégias sempre no ponto de interesse da criança.

Rebeca: Então se é na parte do social aí eu já vou fazer algum dinâmicas ou brincadeira que é mais relacionado né, aí já vou tentar incluir eles nas atividades em que eles têm dificuldade de ficar e de fazer, como ficar no pátio aí às vezes eu procuro até fazer atividades no pátio que eu posso envolver pra ver se ele consegue, no início claro que a gente não vai obrigar mas a gente tá ali todo o tempo tentando, não é fácil, a gente todo tempo tentando e quando a gente percebe ele já tá fazendo parte, aí se a questão da leitura eu já procuro utilizar a casinha de livros ali tem uma casinha de livros e aí eu tenho vários livros mesmo assim imperativos livros que chama bastante atenção deles historinhas bem legais, historinhas também que mostram a questão de ser diferente valorizar as diferenças das pessoas gosto muito dessas histórias. Assim eu gosto muito de usar os jogos, no final de semestre tá um pouco misturado, mas olha gosto de trabalhar muito com jogos, dominó, alfabeto móvel tudo o que é joguinho relacionado à leitura vou tentando fazer com eles alfabeto de encaixe também tem o que eles gostam.

Como os professores da sala regular contribuem no processo de ensino e aprendizagem com a criança com TEA?

Beatriz: Eles contribuem à medida que eles chegam pra gente, e pede ajuda e aí já estão contribuindo, porque vamos dizer que é como se fosse a complementação do que a gente tenta, complementar o ensino deles, regular. A gente tenta ajudar aqui na sala do AEE. Lá que ele tenha esse conhecimento para desenvolver na sala deles. E aí então, quando os professores do regular já começa a se conscientizar que eles precisam de uma adaptação que eles precisam de atividades com o mesmo conteúdo, né? Grade curricular não muda, só muda que adaptação à metodologia. Então eles vêm pedir ajuda, já nos ajuda também, dá pra gente ter esse envolvimento, né.

Rebeca: Eles fazem o PEI que é para ser feito, eles pegam de acordo com os conteúdos curriculares para turma eles vêem o que dá para se trabalhar com as crianças e ver as estratégias e a atividade que eles fazem, a questão também do acolhimento que ela vai ter que fazer e aí vai as atividades que são com essas crianças vai ser de acordo com a necessidade dela, e aí ele vai adaptando a atividade “à estou trabalhando o alfabeto com as crianças, mas ele ainda não sabe alfabeto” aí eu vou trabalhar as letras do nome dele, para cada criança é de acordo com o conteúdo que ela vai trabalhar naquele dia ela procura uma atividade né que vai ser feita especificamente para ele.

Rebeca: A gente já faz a entrevista com os pais onde a gente vai desde o momento que essa criança no período da gravidez dessa mulher os primeiros anos de vida da criança como que foi o desenvolvimento a gente vai fazer todo o estudo de como aconteceu as primeiras experiências escolares, e quais são as dificuldades que os pais observaram enfim tudo o que é importante pra gente conhecer essas crianças agente vai indagando aos pais. Com o tempo eu procuro dar um tempo também para a professora da sala é observar nessa criança aí eu faço a entrevista com a professora e aí a gente vai conversando o que que ela já observou quais são as dificuldades quais são as potencialidades dessa criança, porque às vezes a gente se liga muito nessa questão das dificuldades, mas a gente também tem que ver interesse que essa criança tem de potencial e a partir daí a gente conseguir fazer o nosso trabalho.

Que tipo de atividade você realiza na sala de AEE em conjunto os demais alunos da escola?

Beatriz: O projeto, eu acho que é só por meio do projeto mesmo.

Rebeca: Aqui a gente já fez apresentação de teatro, contação de histórias a gente já fez é apresentações musicais, a gente já fez palestras com as crianças sobre variados temas, mas todos que são voltados para a inclusão então aqui a gente está sempre trabalhando em conjunto, tá aí o diferencial dessa escola que a gente trabalha realmente em conjunto a gente sempre faz todos os planejamentos em conjunto.

A escola possui material didático adaptado para os alunos com o transtorno do espectro autista (autismo)?

Beatriz: Sim, e alguns que são até novos, sim.

Rebeca: Sim, com os alunos que nós atendemos atualmente a gente tem viu inclusive até nas salas de aula depois que a gente conversou sobre algumas estratégias as professoras procuraram fazendo e botar na sala algumas coisas que relacionada imagem, o quadro de fazer bem feito e assim a gente observa que realmente tem um esforço.

Quanto aos materiais disponibilizados na sala são suficientes ou você reproduz alguns?

Beatriz: Não, não são suficientes. A gente vive instante. É na construção, né? Instante construindo materiais, até porque é de acordo com a realidade de cada um. O que é não verbal aí vamos produzir todo o material para trabalhar com essa criança não verbal, né? A prancha de comunicação, objetos, né? Materiais concretos. Tudo é confeccionado aí tem que refazer ou fazer mesmo. **Entrevistador:** ("E esses materiais o EVA que você usa tira do seu bolso?"). Tudo, é. **Entrevistador:** ("Achei que vinha de algum fundo educacional"). Não, não vem. Esse ano nós tivemos uma grande ajuda. Assim, da parte da gestão da escola, ela nos forneceu bastante

material. É a questão de EVA essas planilhas assim aqui, né? plastificar, que é pra ser uma prancha de comunicação que ele é pro aluno de suporte três todo confeccionado. Então a direção deu os plásticos aí do meu bolso foi a encadernação os velcros e a cola. Agora, outros materiais são só do meu bolso, aquela comunicação alternativa lá, ó, eu paguei pra pessoa fazer aquela de Eva. **Entrevistador:** (“Eu achei que tinha um fundo e aí vinha do fundo educacional”). Teve, mas que foi comprado foram os materiais que na nossa visão é que nós estávamos necessitando. E que vem a verba, e aí isso foi no ano passado e foi comprada a plastificadora o computador as mesas, cadeiras, armários. **Entrevistador:** (“Renovação?”). Isso, praticamente a gente renovou a sala, renovo porque é que tudo estava precisando.

Rebeca: Vai depender do que eu vou trabalhar com eles, se o que eu for trabalhar com eles eu não tenho nada que relacionar de material pronto aí eu vou confeccionar certo, aí vai depender do meu plano para aquele atendimento.

A escola pode comprar materiais para a sala de Recursos Multifuncional (SRM) com orçamento próprio?

Beatriz: Pode.

Rebeca: A diretora o que ela compra sempre ela divide com a sala mesmo que seja em pequena quantidade né, e aí ela vai me dando materiais tintas e matéria que a gente usa né um papel diversos assim essas coisas que a gente usa no dia a dia ela me entrega.